



# PERSPECTIVAS PSICOPEDAGÓGICAS EM FOCO: ESTUDOS SELECIONADOS



Sonia Azevedo De Medeiros  
Andréa Santos Lúcio  
Marcos Vitor Costa Castelhana  
Flavio Medeiros de Azevedo  
Ana Beatriz de Sousa Araújo Cruz  
Patricia Ferreira Dos Santos  
Patrício Borges Maracajá  
Aline Carla De Medeiros  
Flávio Franklin Ferreira De Almeida  
(Orgs.).

**PERSPECTIVAS  
PSICOPEDAGÓGICAS EM FOCO:  
ESTUDOS SELECIONADOS**

**Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade dos aut  
Licença Creative Commons Atribuição-Sem Derivações 4.0 Internacional.**

**Comissão Editorial:**

*Dr. Alvaro Carvalho Dias da Silva*

*Dr. Claudianor Almeida de Figueiredo*

*Dra. Sônia Azevedo de Medeiros*

*Dra. Patrícia Ferreira dos Santos*

*Ms. Geilma Hipólito Lúcio*

*Me. Adaci Estevam Ramalho Neto*

*Me. Adriana Freitas da Silva*

*Me. Marcos Vitor Costa Castelhana*

*Me. Ledson Marcos Sousa da Silva*

*Me. Mateus da Silva Fernandes*

*Me. Andréa Santos Lúcio*

*Me. Aldenice Barbosa dos Santos*

*Me. Mayara Millena Moreira Formiga*

*Dr. Gustavo Henrique Queiroz dos Santos*

*Nosso principal propósito é desenvolver maneiras impactantes para a divulgação e circulação de pesquisas acadêmicas que possam fortalecer as abordagens científicas atuais.*

*Equipe da Editora Acadêmica Universa - Sucesso EAD*

Sonia Azevedo De Medeiros  
Andréa Santos Lúcio  
Marcos Vitor Costa Castelhana  
Flavio Medeiros de Azevedo  
Ana Beatriz de Sousa Araújo Cruz  
Patricia Ferreira Dos Santos  
Patrício Borges Maracajá  
Aline Carla De Medeiros  
Flávio Franklin Ferreira De Almeida  
**(Orgs.).**

# **PERSPECTIVAS PSICOPEDAGÓGICAS EM FOCO: ESTUDOS SELECIONADOS**

1ª Edição

São Bento-PB  
Editora Acadêmica Universa - Sucesso  
EAD  
2025

2025 - Edição Brasileira by Editora Acadêmica  
Universa - Sucesso EAD by Autores Todos os direitos  
reservados

Editora Acadêmica Universa - Sucesso EAD  
CNPJ: 34.514.971/0001-71  
E-mail: facsu.editorial@hotmail.com Número  
para contato: 83998400598  
São Bento-PB – Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana  
Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana  
Revisão de texto: Autores  
Capa: Gabriela Gomes Maranhão  
Produtora Editorial: Zélia Kamylla Evangelista Dias

**DOI: 10.18378/gvaa-978-65-983597-8-2**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P466 Perspectivas psicopedagógicas em foco: estudos selecionados /  
Organizadores Sonia Azevedo De Medeiros... [et al.]. – São  
Bento, PB: Editora Acadêmica Universa; Sucesso EAD, 2025.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
ISBN 978-65-983597-8-2

1. Psicopedagogia. 2. Educação. I. Medeiros, Sonia Azevedo De.  
II. Lúcio, Andréa Santos. III. Castelhana, Marcos Vitor Costa. IV.  
Azevedo, Flavio Medeiros de. V. Cruz, Ana Beatriz de Sousa Araújo.  
VI. Santos, Patricia Ferreira Dos. VII. Maracajá, Patrício Borges.  
VIII. Medeiros, Aline Carla De. IX. Almeida, Flávio Franklin Ferreira  
De.

CDD 370.15

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1- A LUDICIDADE COMO UMA FERRAMENTA IMPORTANTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 2- O PAPEL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EMANCIPAÇÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 3- A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO PARA REDUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR.....</b>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO 4- OS DESAFIOS DO AUTISMO E SUA INCLUSÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 5- A IMPORTANCIA DA PSICOPEDAGOGIA NO AMBIENTE HOSPITALAR.....</b>	<b>61</b>
<b>CAPÍTULO 6- USO DE JOGOS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EM FACE A ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....</b>	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO 7- O LÚDICO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS.....</b>	<b>85</b>
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>99</b>



## **APRESENTAÇÃO**

A presente obra reúne um conjunto de sete artigos científicos, em formato de capítulo de livro, lapidados a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs dos pesquisadores da pós-graduação *Latu Sensu* em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar da Faculdade Sucesso – FACSU, promovendo reflexões e discussões dialógicas voltadas as práticas e vieses psicopedagógicos na contemporaneidade.

Tenha uma ótima leitura!



# **CAPÍTULO 1- A LUDICIDADE COMO UMA FERRAMENTA IMPORTANTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS ATÍPICAS**

**Camila da Costa Viera Diniz**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sonia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** O presente trabalho aborda a ludicidade como uma ferramenta importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças atípicas. Essa abordagem consiste em ressaltar a importância da ludicidade para aprendizagem das crianças atípicas. Essa questão se faz necessária, pois cada vez mais a ludicidade está sendo adotada como ferramenta pedagógica. O objetivo/ propósito central deste trabalho é a ludicidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças atípicas, já que como ferramenta pedagógica, ajuda no processo de ensino/aprendizagem das crianças, permitindo o desenvolvimento de sua aprendizagem, intelectual, emocional, cognitiva, facilitando, o aprender e estimulando diversas áreas do conhecimento enriquecendo a interação inter-pessoal, autoconfiança e autonomia. Essa maneira de educar leva a construção do conhecimento e ao desenvolvimento, deste de modo mais participativa, autônomo e forma mais prazerosa, visando despertar o gosto pelo aprender. Para isso, foram empregados os seguintes procedimentos, pesquisa. Esse trabalho será fundamentado a partir da revisão bibliográfica. A pesquisa demonstra que os resultados esperados são importantes no processo de aprendizagem da criança atípica.

**Palavras-chave:** ludicidade. Desenvolvimento. Aprendizagem.

**ABSTRACT:** This paper addresses playfulness as an important tool in the learning and development process of atypical children. This approach consists of highlighting the importance of playfulness for the learning of atypical children. This issue is necessary, since playfulness is increasingly being adopted as a pedagogical tool. The main objective/purpose of this work is to include playfulness in the learning and development process of atypical children, since as a pedagogical tool, it helps in the teaching/learning process of children, allowing the development of their intellectual, emotional, and cognitive learning, facilitating learning and stimulating various areas of knowledge, enriching interpersonal interaction, self-confidence, and autonomy. This way of educating leads to the construction of knowledge and development, in a more participatory, autonomous, and enjoyable way, aiming to awaken the taste for learning. For this, the following procedures were used: research. This work will be based on the bibliographic review. The research shows that the expected results are important in the learning process of the atypical child.

**Keywords:** playfulness. Development. Learning.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo aborda a ludicidade como uma ferramenta importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças atípicas, ou seja, é uma forte aliada, bastante importante no desenvolvimento do educando tanto no contexto clínico como no contexto escolar como uma metodologia que possibilita mais significado ao processo de ensino e aprendizagem tendo em vista que é mais atraente e envolvente para as crianças sendo capaz de

criar estímulos para a interação com outras crianças, professores, e a vida social em geral e o seu desenvolvimento construtivo. Pois tal temática gira em torno das contribuições que a ludicidade pode proporcionar o processo de alfabetização e aquisição do conhecimento que o educando necessitam, uma vez que o lúdico se faz presente e necessário no processo de desenvolvimento da criança, assim, tornando-se parte integrante para à vida escolar, social, pessoal e emocional da criança.

O trabalho expõe como objetivos a importância da ludicidade como ferramenta pedagógica, tratar sobre a importância da ludicidade no cotidiano da criança, apontar a ludicidade como facilitador do processo de ensino aprendizagem e ressaltar as contribuições que as atividades lúdicas oferecem e como o profissional é o facilitador dessas aprendizagens.

A justificativa esta em apontar a ludicidade como ferramenta necessária que faz com que a criança desenvolva aspectos significativos na sua aprendizagem, que são imprescindíveis para formação como indivíduo pensante e atuante em meio da sociedade. É uma das formas de ensinar o aluno de forma dinâmica, agradável e levando em conta a necessidades do educando. Já que a ludicidade proporciona para educando cada vez mais caminhos para seu desenvolvimento, fazendo com que se tornem mais interessadas, conseqüentemente atingindo um aprendizado mais significativo. logo, permitindo uma observação mais ampla sobre o mundo, buscando promover o desenvolvimento de todas as dimensões da alfabetização, letramento, alfabetização matemática, almejando desenvolver suas habilidades e competências. Pois toda educação deve esta inteiramente comprometida na educação dos alunos, e precisa dar condições para os mesmos desenvolverem suas capacidades de forma eficaz e efetiva.

De mesma forma deve acontecer no ambito clinico a ludicidade a favor do desenvolvimento de competencias na criança, para que essa venha ter uma vivência o mais sociavel possivel.

A metodologia do trabalho consiste em pesquisa bibliográfica já existentes abordadas em livros e artigos, monografias para uma melhor construção do trabalho que apresentará uma temática bastante significativa para a educação.

a fundamentação teórica do trabalho aborda a questão do lúdico e os autores que estão sendo usados são: (Bacelar,2009), (BNCC - Base Nacional Comum Curricular), (Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ,1998), (Kishimoto, 1994). (Negrine, 1994, ), (Vygotsky, 1984), (Santos (2008) (Piaget, 1998).

Esses teóricos são bastantes significativos para fundamentar o trabalho, com suas

teorias dando subsídios para esclarecer o que está exposto no referido artigo e também para uma melhor compressão pelo leitor.

O trabalho está organizado em tema: a ludicidade como uma ferramenta importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças atípicas, A importância da ludicidade no desenvolvimento das competências e habilidades da criança, a ludicidade na sala de aula, Atividades lúdicas, jogos e brincadeira a formas lúdicas de adquirir conhecimento, O papel do profissional como o facilitador no formato de ensino lúdico.

A ludicidade oferece uma maneira descontraída de construir o conhecimento, sabe-se também que as brincadeiras fazem parte do contexto da criança e que podem fazer parte do contexto educacional, pois promovem uma qualidade educacional tão importante quanto a tradicional, jogos e brincadeiras Facilitam a interação, a criatividade, a comunicação, o emocional, o social e intelectual das crianças, dessa forma possibilitando o desenvolvimento pleno. Trabalhando dessa maneira, a criança consegue desenvolver suas habilidades brincando, o que é uma forma de aprender de maneira prazerosa e agradável.

As atividades lúdicas a cada dia estão mais presente nas clinicas nas salas de aula, já que existem possibilidades múltiplas que podem e devem ser exploradas e utilizadas como recurso no desenvolvimento da aprendizagem da criança. As atividades lúdicas têm grande contribuição educacional, utilizadas tanto em clinicas especializadas como no ambiente escolar, elas trazem muitos benefícios no processo de ensino aprendizagem, alfabetização, competências e habilidades necessárias. As atividades lúdicas podem ser trabalhadas através de jogos e brincadeiras as quais fazem parte do contexto de vida da criança, e se trabalhada de maneira educativa atual explorando as capacidades físicas, emocionais, intelectuais, será dessa forma significativa tabalhando sempre buscando o crescimento construtivo da criança.

O profissional que atua tanto em clinica como na escola, nessa perspectiva do ensino lúdico atua como facilitador e um grande motivador no processo de ensino-aprendizagem, pois ele tem um papel muito importante nesta fase, é parte integrante para que essa aprendizagem aconteça e para o qual deve estar preparado e atualizado, usando metodologias diferenciadas e formas variadas de trabalhar atividades a fim de deixar as sessão e aulas mais atrativas, prazerosas e dinâmicas para os educandos. Essas abordagens lúdicas permitem que as crianças explorem suas habilidades e talentos de forma mais natural, promovendo a autonomia e a autoconfiança. Reconhecendo a importância da ludicidade, os profissionais da área e educadores podem criar estratégias que potencializem o aprendizado e promovam um ambiente inclusivo, onde todas as crianças tenham a oportunidade de florescer e se desenvolver. Além disso, a ludicidade favorece a interação social, essencial que toda criança precisa para o desenvolvimento de competências emocionais e sociais que são proporcionadas

através de atividades lúdicas, as crianças atípicas podem se conectar com o mundo a sua volta.

## **1 A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA CRIANÇA**

A educação sempre foi e será um desafio, contudo a maneira de ensinar de forma lúdica torna o ensino mais maleável e tão produtivo quanto como o tradicional, não saindo do foco que é a formação e o desenvolvimento da criança, já que é um recurso a mais precioso nesse processo de aprendizagem.

Segundo o dicionário DICIO Dicionario Online de Portugues Significado de Ludicidade substantivo feminino Característica ou propriedade do que é lúdico, do que é feito por meio de jogos, brincadeiras, atividades criativas; ludismo: a ludicidade na educação infantil. Etimologia (origem da palavra *ludicidade*). Lúdico + i + dade.”. Portanto a ludicidade se torna uma ferramenta atrativa e considerável no processo de formação das crianças.

Com esse enfoque tudo aquilo que é lúdico e divertido passa a chamar a atenção e o interesse da criança. logo, ajuda no desenvolvimento cognitivo. É por meio dessa aquisição, das brincadeiras lúdicas que as crianças adquirem o conhecimento. Sabe-se que brincar é uma forma e uma necessidade básica da criança, pois através do brincar, inicia-se a descoberta de um mundo por ela mesma.

Segundo Bacelar:

O lúdico tem um papel muito mais amplo e complexo do que, simplesmente, servir para treinamento de habilidades psicomotoras, colocadas como pré-requisito da alfabetização. Através de uma vivência lúdica, a criança está aprendendo com a experiência, de maneira mais integrada, a posse de si mesma e do mundo de um modo criativo e pessoal. Assim, a ludicidade, como uma experiência vivenciada internamente, vai além da simples realização de uma atividade, é na verdade a vivência dessa atividade de forma mais inteira (2009 p, 28).

Dessa forma, pode-se afirmar que a criança que está inserida no meio de atividades lúdicas, terá um avanço significativo em seu desempenho como no agir, no pensar, na interação com outras crianças e com o profissional seja no consultório ou em sala de aula, pois os jogos e brincadeiras no aprender da criança é significativo, assim ela vai estar absorvendo mais conhecimentos de uma forma harmoniosa e ainda estará desenvolvendo coordenação motora, questões socioemocional, socioafetiva, intelectual e de alfabetização que são de suma importância no desenvolvimento da criança, e que serão exploradas e trabalhadas no através da ludicidade. Com isso as chamadas atividades lúdicas podem estar

representadas por jogos e brincadeiras. Colaborando dessa forma para aprendizado em sala de aula, pois em um sentido mais amplo o aluno estará aprendendo brincando.

Com isso Silva (2018, p.2 ) diz que:

O lúdico é um estimulador das inteligências múltiplas, bem como facilitador da aprendizagem, ou seja, através dele permite-se saber o que já é conhecido; dá origem a novos conhecimentos, habilidades e produtos artísticos, sendo uma necessidade vital no mundo de hoje. E se bem trabalhado pelo professor o lúdico poderá ser determinante no processo de desenvolvimento da criança.

Dessa forma fica clara o quanto ludicidade se faz importante como facilitadora no processo ensino/aprendizagem das crianças, pois abre caminho para o saber, dando espaço para o interesse do educando, oportunizando também o envolvimento dele em todas as atividades, ficando uma aprendizagem mais prazeroso, dinâmico, criativo e acima de tudo educativo.

A ludicidade tem sua importância como uma ferramenta pedagógica que tem como principais objetivos ajudar no processo educativo tornando-o mais prazeroso e motivador para os educandos. A ludicidade oferece várias formas de se trabalhar, sejam através de jogos, brincadeiras, dinâmicas, músicas, movimentos e dança, entre outras. Essa forma de trabalhar ajuda a criança a desenvolver suas habilidades tanto no âmbito educacional, pessoal, cognitivo, afetivo, intelectual como no social. Já que os subsídios oferecidos pela ludicidade enriquecem e contribuem para o processo de ensino aprendizagem, sendo importante para desenvolver competências e habilidades das crianças.

É possível aliar o desenvolvimento lúdico a todas as competências que a criança precisa adquirir, já que a ludicidade é uma forma espontânea de alcançar o conhecimento desejável. O Lúdico oferece valores específicos e se faz presente em todas as etapas da vida, tendo papel importante e significativo. Já que tem intuito pedagógico. Assim sendo: “o lúdico cria uma zona de desenvolvimento proximal, permitindo que as ações das crianças ultrapassem o desenvolvimento já alcançado impulsionando-a a conquistar novas possibilidades de compreensão e de ação sobre o mundo” Vygotsky (1987, p.117)

Dessa forma percebe-se que a ludicidade como ferramenta pedagógica oferece e abrange a participação efetiva das crianças nas atividades, algumas que envolvem o movimento, a percepção, agilidade, coordenação motora, atenção equilíbrio, raciocínio lógico, muitas habilidades que são necessárias no desenvolvimento educacional da criança, e que são proporcionadas também através do ensino de forma lúdica, tornando esse um ensino importante para a aprendizagem do educando. Assim a convivência e interação são imprescindíveis nesse processo como no atendimento profissional específico tudo isso

contribue para o desenvolvimento da criança.

Por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade. (Kishimoto, 1994).

Desse modo, é fundamental a utilização da ludicidade para os estímulos da criança tanto no campo criativo, cognitivo, emocional, além de proporcionar o favorecimento da socialização, ficando inegável que a forma lúdica como abordagem educacional proporciona a criança desenvolver suas capacidades, como também as atividades lúdicas promovem esse desenvolvimento.

Dessa forma a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017, p.57) um importante documento para educação brasileira que norteiam conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam, aborda que:

A BNCC do **Ensino Fundamental – Anos Iniciais**, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. Tal articulação precisa prever tanto a **progressiva sistematização** dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas **formas de relação** com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Dessa maneira a valorização do lúdico é uma continuação de ações e estratégias de ensino direcionadas para a construção do conhecimento o que é bastante significativo está diretamente ligado as experiências vivenciadas e novas possibilidades, pois a partir desse contexto os educandos podem desenvolver novas competências e habilidades.

Nessa fase também, as criança estão passando por mudanças com elas próprias, com o meio, com outas pessoas e também no seu desenvolvimento educacional, pois a criança é um ser social com capacidades, emocionais, cognitivas e afetivas que variam a medida que estão se desenvolvendo e passam também por numerosas transformações e descobertas, adquirem conhecimentos novos em contato com meio em que está inserida e pelas relações com pessoas que estão próximas a elas.

E com relação ao espaço escolar ampliam e possibilitam sua interação com outras crianças com o professor e passam a construir seus saberes e a desenvolver suas aprendizagens e autonomia.

Dessa forma a ludicidade na sala de aula significa que serão adotadas atividades como

as brincadeiras, jogos, atividades dinâmicas pois, será uma ferramenta voltada para o aprendizado da criança e a uma abordagem por parte dos docentes que traz impactos importantes e construtivos nos alunos, já que, trabalham atividades que desenvolvem competência e habilidades nos educandos, tais como: noções espaciais, coordenação motora, percepção visual, atenção, emoções, consciência fonológica e fonêmica, alfabetização e letramento, linguagem compreensiva e expressiva, ortografia, alfabeto, diferenciação e associação das letras, dificuldades de fluência na leitura e escrita, alfabetização matemática, contagem e números, as 4 operações, raciocínio lógico entre outras tantas. Essas são algumas das habilidades que podem ser desenvolvidas pelas crianças através das atividades lúdicas em sala de aula Kishimoto (2000).

É cada vez mais notório que metodologia lúdica vem se destacando como ferramenta importante no contexto escolar e clínico se apresentando como uma prática prazerosa que auxilia à prática pedagógica, tendo um foco fundamental no planejamento dos professores e profissionais como Psicopedagogos que adotam essa metodologia como ponte que possibilita uma educação enriquecedora.

Dessa forma a ludicidade, deve ser trabalhada como instrumento favorável, útil e de cunho pedagógico, sendo imprescindível o profissional conhecer e dominar práticas lúdicas, proporcionando ensino que valorize e aprecie o potencial de cada criança, afim de despertar as múltiplas inteligências. Piaget (1998) diz que “a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança”

Assim essa educação que envolve a ludicidade no seu dia a dia seja na sala de aula ou clínica deve, estabelece que o profissional que assume e adota essa maneira de educar, também seja ele um profissional de mente aberta capaz de adotar uma metodologia dinâmica. E de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998, p.23) que aborda o ato de educar como:

Educar significa, portanto, propiciar situações e cuidados e, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integradas e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal... Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Diante do exposto fica claro que o profissional deve considerar o uso da ludicidade como ferramenta de aprendizagem, que acolhe determinadas atividades, brinquedo, brincadeira que devem ser selecionados devem ser usados intencionalmente de para contribuição da aprendizagem e desenvolvimento da criança (Silva, 2012). Pois, a ludicidade

direciona as crianças para caminhos mais amplos para seu desenvolvimento, fazendo com que fiquem cada vez mais interessadas, e portanto realizando um aprendizado mais significativo.

Essa maneira, também possibilita a observação mais vasta do mundo, promovendo e ampliando o desenvolvimento de todas as dimensões da alfabetização, situações emocionais, afetivas de natureza social. Uma vez que o profissional e a educação em si empenhadas, precisam dar subsídios para o desenvolvimento das capacidades, diante disto o profissional que atende em clínica ou na sala de aula, é fundamental para construir essas metas, adotando esse modelo lúdico.

## 1.2 O PAPEL DO PROFISSIONAL COMO O FACILITADOR/MEDIADOR NO FORMATO DE ENSINO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DAS CRIANÇAS ATÍPICAS

O profissional seja o professor seja o psicopedagogo ambos tem um papel importantíssimo e fundamental na formação da criança atípica, e na perspectiva do ensinar de forma lúdica, é necessário que este esteja aberto às várias possibilidades de educar e enquadrar sua metodologia ao ensino lúdico, pois é um recurso extraordinário a seu favor para desenvolver nas crianças aprendizagens, competências e habilidades para o desenvolvimento educacional, pessoal e social que a criança necessita no decorrer de sua formação.

Nesse contexto o profissional transcende sua metodologia fazendo um novo percurso e trilhando novos caminhos, buscando uma melhoria para adaptar o seu currículo à prática lúdica de ensinar, e deve buscar estar preparado para essa abordagem, contudo compreende que é importante tal prática, já que pode facilitar a fixação da aprendizagem.

Já que, é um mediador e seu trabalho é crucial e importante com a prática pedagógica do ensinar de forma lúdica, pois, ele tem em suas mãos uma ótima ferramenta que lhe permite potencializar a capacidade da criança. Sobre essa forma de ensinar de forma lúdica. Pimentel (2007, p. 235):

[...] não é suficiente disponibilizar às crianças brinquedos e jogos; é fundamental organizar o cenário ludo-educativo e estabelecer modalidades interativas que extraiam os melhores proveitos da brincadeira para o desenvolvimento cognitivo.

Logo entende-se que o profissional deve estar apto, interessado e ser capaz de adotar uma abordagem mais dinâmica e interessante para a criança de hoje. Deve ser um profissional

contemporâneo, isso que é exigido nesse processo de ensino lúdico, pois mais e mais apressam crianças com algum transtorno ou déficit e esse profissional deverá pelo menos está buscando se capacitar para melhor atender a essa parcela de crianças que aparecem na escola nos consultórios em busca de ajuda para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Dessa forma, Carneiro e Lima (2016, p.6) abordam que:

[...] Que esse profissional seja pesquisador, buscando se aperfeiçoar a cada dia mais, estando dispostos a enfrentar todos os desafios assegurando a inclusão de todos, ou seja, um profissional que seja consciente das diferenças dos alunos, refletindo sobre a própria prática, tornando-se apto para exercer a profissão na perspectiva da educação inclusiva.

Essa iniciativa adotada tende a ter resultados positivos, pois gera no interesse na criança em participar das aulas e atividades propostas, já que os mesmos vão se sentir interessados a envolver-se, porque o profissional e/ou professor usou uma metodologia atrativa, abordando brincadeiras e jogos que são familiares para as crianças o que gera transformação no modo de receber e adquirir conhecimentos e sua aprendizagem, assim como desenvolver suas habilidades.

Essa transformação se dá quando entende-se que o ensino precisa de estratégias que chamem atenção dos alunos visto que eles sentem a necessidade de algo diferente. Logo Dohme, afirma que:

O uso do lúdico na educação prevê principalmente a utilização de metodologias agradáveis e adequadas às crianças que façam com que o aprendizado aconteça dentro do “seu mundo”, das coisas que lhes são importantes e naturais de se fazer, que respeitam as características próprias das crianças, seus interesses e raciocínios próprios (2005, p.75).

Nesse contexto é importante afirmar que as crianças tem sentimentos e emoções que podem ser explorada através desse ensino mais lúdico e dinâmico e de atividades lúdicas, jogos e brincadeira direcionadas. E o papel do profissional como facilitador/mediador é acima de tudo contribuir para que o aprendizado aconteça de forma contínua e significativa visando desenvolver nas crianças competências emocionais, interacionais, intelectuais, físicas, éticas, morais, sociais e educacionais.

Pois, o ofício desse profissional é formar, instigar a criança a encontrar o seu próprio caminho, favorecendo seu crescimento educacional e social na busca pela sua transformação, evolução, pensar e agir e relacionar-se com o meio em geral. Isso que é proposto nesse processo, o educador coloca-se como mediador na formação da criança.

Com isso trazer a ludicidade para o seu contexto clínico ou escolar e inseri-lo nesse contexto de educação inclusiva, do fazer pedagógico é transformar sua metodologia a fim de

contruir a aprendizagem das crianças atpicascom, diminuindo assim a forma mecanizada de adquirir conhecimento dando espaço uma prática acertiva e lúdica, a qual a criança poderá criar e construir seus conhecimentos.

### 1.3 ATIVIDADES LÚDICAS

As atividades lúdicas são importantes para o prazer e diversão para as crianças e trazem vários benefício tanto na coordenação motora no desenvolvimento, conhecimento e habilidades, competências socioemocionais, afetivas, criatividade, quanto na socialização o raciocínio lógico e a memorização, aprimoramento da linguagem e aprendizagem, por isso, é importante que as crianças realizem atividades lúdicas, a partir dessas atividades podem ser exploradas cooperação, coordenação, interação, paciência e empatia, solução de problemas, criatividade, podem ser realizadas só ou em grupo (Silva, 2013).

É através de atividades lúdicas que as crianças podem desenvolver de forma mais fácil e natural a aprendizagem, dessa maneira havendo mais possibilidades de assimilação dos conteúdos. Esse método propõe que as crianças interajam com os vários contextos a que estão inseridas na sua dimensão educativa. Diante desse processo educacional das crianças, Negrine afirma que:

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem ponderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão vinculadas à inteligência, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, motora, intelectual e motriz da criança (1994, p. 19).

Essa contribuição almejada pela atividade lúdica é também desenvolver a autonomia e o protagonismo da criança, o que é importante tato dentro da sala de aula, como no meio social ao qual esta inserida, em virtude que esse ensino lúdico proporciona a criança a desenvolver mais a socialização, iteração e autoconfiança.

Contudo, as atividades lúdicas, são impregnadas pelo pensamento que são meramente para o brincar, o que é errôneo tal mentalidade, pois tem bastante contribuição no desenvolvimento e crescimento esucativo da criança .

Pois segundo Vygotsky

O brincar gera um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. Compreendendo assim que o ato de brincar permite que aconteça a aprendizagem, o brincar é essencial para o desenvolvimento do corpo e da mente (1984, p. 21).

Logo é nas atividades lúdicas que a criança desenvolve potencialidades adquirindo sua autonomia e confiança em si mesma, ao brincar a criança exibe suas capacidades, como expressar-se, interagir com outra criança, usar sua imaginação, criar e recriar histórias, pois o brincar possibilita que ela construa suas aprendizagens. Ao mesmo tempo também contribuem oportunizando trocas de vivências e experiências favorecendo para a construção do sujeito e das relações com as pessoas, outras crianças e com o meio social em geral. Para que essa aprendizagem aconteça de fato faz-se necessário que essa abordagem tenha significado para a criança.

Logo podemos afirmar que o ensino/aprendizagem desenvolvido através da ludicidade é mais prazeroso, atrativo para a criança como isso levando a criança a gostar de aprender de forma espontânea e participativa e a ter mais facilidade de adquirir seus conhecimentos necessários.

Os jogos e brincadeiras são atividades lúdicas e se constituem como ferramentas pedagógicas ganhando cada vez mais espaço no contexto escolar, uma vez que são adotadas como maneiras de ensinar mostrando que as crianças apresentam mais interesse e engajamento em realizar atividades assim, dessa maneira expressam suas atitudes e sentimentos através das brincadeiras. Os jogos e brincadeiras, são comuns do cotidiano de cada criança, e se usadas como recursos a favor da sua aprendizagem tem o poder de transformar, educar e desenvolver novas habilidades, novos conhecimentos, trabalhar a parte psicológica, social, afetiva e emocional, cognitiva e intelectual das crianças Silva, (2012, p.12).

É inegável que os jogos e brincadeiras têm valor pedagógico, pois tanto o jogo quanto a brincadeira apresentam fatores que possibilitam a conquista, liberdade, expressividade, superação de desafios, aquisição de conhecimento e aprendizado no processo de ensino e aprendizagem. Pois são dotados de sentido e impulsos naturais das crianças. Segundo Kishimoto (1993, p. 45): “Brincar é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Desde muito cedo as crianças se comunicam por gestos, sons e mais tarde a imaginação.” Ao jogar e brincar atribuem sentidos as brincadeiras que estão inteiramente ligados à sua realidade e são exploradas espontaneamente pelas crianças. Sendo que, apresentam uma tendência lúdica tornando uma atividade natural um fator relevante no desenvolvimento do educando, pois assumem relevância pedagógica que sem dúvida favorece a satisfação da criança em realizar atividades brincando.

Com isso o uso das atividades lúdicas como instrumento pedagógico estimulam e

facilitam no processo ensino/aprendizagem, fazendo-se importante na utilização dessas do processo educacional, já que são bons aliados na educação desenvolvendo na criança habilidades como a coordenação motora, atenção, emoção, raciocínio, relações sociais, envolvimento, engajamento, também fortalecem laços afetivos e coletivos e no seu autoconhecimento desenvolvendo também sua autonomia e protagonismo.

O conhecimento pode ser adquirido sim de forma espontânea através de jogos e brincadeiras, pois essa forma é mais atraente para o aluno que se sente instigado a participar do jogo ou brincadeira proposta pelo profissional, pois se torna desafiadora e diferente.

Com isso, Vygotsky (1984, p. 21):

O brincar gera um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. Compreendendo assim que o ato de brincar permite que aconteça a aprendizagem, o brincar é essencial para o desenvolvimento do corpo e da mente.

Dessa maneira compreende-se que o brincar é uma atividade lúdica e produto que promove a interação do educando com o conteúdo, proporcionando elementos para a aprendizagem, estabelecendo relação com o imaginário da criança, e o pensamento criativo, fazendo com que a mesma adquira conhecimento de forma espontânea e prazerosa através da ludicidade. Logo Santos (2008, p. 15) expõe que:

As brincadeiras alimentam o espírito, o imaginário exploratório e incentivo do faz-de-conta e, a isso, chamamos de lúdico. Brincar tem o sabor de desconhecer o que se conhece, pois cada brincadeira é um universo a ser sempre descoberto, vivido e aprendido. O faz-de-conta tem um sentido muito profundo e repleto de significados em nossa vida, principalmente a vida da criança.

Portanto, são parte do contexto da criança e fazem parte das descobertas diárias, pois através delas as crianças interagem, socializam e também exploram sua criatividade, imaginação, provocando estímulos como percepção, equilíbrio, concentração entre outros, também provocam na criança varias emoções, apontam descrições sobre a personalidade, além de serem educativas.

Assim são os jogos e brincadeiras, atividades assistidas que potencializam o entendimento educacional e têm relevância e poder para transformarem a capacidades de imaginação em concreta. Segundo Kishimoto:

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para a adaptação ao grupo, preparando a

criança para viver em sociedade, participando e questionando os pressupostos das relações sociais tais como estão postos. (1996 p. 26)

Sendo assim, a ludicidade possibilita que se trabalhem jogos e brincadeiras que são culturais, e fazem parte contexto social, estão internalizadas dentro de nós, e que nos é passando de geração para geração e que passamos também, para os filhos e alunos. Com o proposito de descontrair, dinamizar e educar, favorecendo o crescimento da criança tanto social com intelectual, fazendo também com que desenvolva sua autonomia e seu protagonismo.

Pois segundo (Kishimoto, 2010, p. 95) “o jogo não pode ser visto apenas como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral”. Contudo podemos afirmar que os jogos e brincadeiras então inteiramente ligados ao desenvolvimento intelectual das crianças, quando as mesmas estão usando os jogos e brincadeiras estão se divertindo e aprendendo a aprender de forma lúdica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste trabalho, foi possível compreender e atentar para a importância da ludicidade e como ela se faz presente e indispensável no desenvolvimento integral da criança atpica, já que o brincar faz parte do aprender. A ludicidade ela potencializa no desenvolver das habilidades do criança de forma prazerosa e educativa, permitindo que ela use a imaginação, através das brincadeiras e dos jogos, fazendo com que a criança aprenda de forma criativa e espontânea.

Por isso a ludicidade se faz presente como uma ferramenta didático para auxiliar as crianças, e devem está inserida na sala de aula e clínicas, espaços pedagógicos e na metodologia do profissional, garantido atividades mais dinâmicas e prazerosas.

Assim sendo, é importante a ludicidade na construção do conhecimento, pois a mesma, ajuda a desenvolver a criatividade, imaginação, do raciocínio, na aquisição da leitura e escrita, coordenação motora, físico, cognitivo, intelectual e psicológicos das crianças. É portanto essencial para o processo de ensino e aprendizagem. E é fundamental o papel do mediador nessa pespequitiva lúdica pedagógica, promovendo momentos que favoreçam a aprendizagem.

Sendo assim, ensino deve favorecer uma participação lúdica e ativa da criança no processo educativo para sua formação, pois o seu aprendizado será para vida toda, já que cada

criança atípica alimenta em si várias indagações a respeito si, dos outros, do meio e da vida em geral. Pois essas indagações perpassaram por toda sua vida, em todas as fases da criança, e a forma lúdica de aprender pode proporcionar na criança autoconfiança, estabelecendo relação com o meio.

Conclui-se que tal temática é importante e relevante de ser abordada visto que a ludicidade trás em si um ensino mais flexível e dinâmico e que deve ser adotada em espaços educacionais por profissionais e professores, afim de que a aprendizagem seja mais atraente e significativa.

## REFERÊNCIAS

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Salvador : EDUFBA, 2009. 144 p

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acessado em 31/01/2023

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil/** Brasília: MEC/SEF, 1998.3V.: il.

CARNEIRO, Ana Paula Lima; LIMA, Ananeri Vieira de. A prática docente e educação inclusiva In: III CONEDU- Congresso Nacional de Educação. Natal: editorarealize, 2016, p. 1-12.

DICIO Dicionário de Português online, **Significado de Ludicidade**. Disponível em <https://www.dicio.com.br/ludicidade/> acessado em 03/11/2024.

DOHME, Vânia. **Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: O jogo, a Criança e a Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, p. 45. 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. Artigo academico, 2010.

NEGRINE, Airton: **Recreação na hotelaria: o pensar e o lúdico**, Caxias do Sul: Edusc,1994.

PIAGET, Jean. A Psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

PIMENTEL, A. **Vygotsky: uma abordagem histórico-cultural da educação infantil**. In:

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Org.). Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007

SANTOS, S. M. P. dos. **Brinquedoteca**: Sucata vira brinquedo. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Silva, Cilnaria de Mello: **O lúdico na educação infantil**: brincar e jogar uma forma de aprender e ensinar. Disponível em <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48154>  
Acessado em 28/11/2024.

SILVA, João Da Mata Alves Da. **O lúdico como metodologia para o ensino de crianças com deficiência intelectual**. 2012. Disponível em:  
[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD\\_EDUMTE\\_II\\_2012\\_33.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD_EDUMTE_II_2012_33.pdf)  
acesso em 28/11/2024.

SILVA, Kénia Jaciene da. Os benefícios do brincar para o desenvolvimento intelectual e social da criança – João Pessoa: UFPB, 2013

VIGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: Brasil MEC/ SEB. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. \_ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1987. p. 35 e a p.117.



## **CAPÍTULO 2- O PAPEL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EMANCIPAÇÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS**

**Jaciara da Silva Dantas**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Aline Alves**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sonia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** A inclusão das crianças com necessidades educacionais específicas, no Brasil, ganha força, com a promulgação da Constituição federal de 1988, que delineou a educação como um direito de todos. Partindo desse pressuposto legal, estas ações começaram a ser implementadas com o surgimento de políticas sociais públicas, que objetivavam garantir esse direito a todos os educandos, com deficiência. Partindo deste pressuposto, percebe-se que a Educação Especial tem um papel de suma importância na emancipação das crianças com deficiência, tendo sua função de promover a igualdade dentro do ambiente escolar. Para sua consolidação, os sistemas educacionais, passaram por adaptações, os educadores, também precisaram se aperfeiçoar, para atender as reais necessidades do sistema. Portanto, é possível perceber que a educação inclusiva, no Brasil, passou, ao longo de sua história, por grandes transformações, contribuindo para formação humana, igualdade e cidadania, mudando a realidade da sala de aula, quebrando paradigmas, transformando-se em um modelo democrático.

**Palavras-chave.** Educação. Inclusão. Igualdade. Cidadania.

**ABSTRACT:** The inclusion of children with specific educational needs in Brazil gained momentum with the enactment of the 1988 Federal Constitution, which defined education as a right for all. Based on this legal premise, these actions began to be implemented with the emergence of public social policies that aimed to guarantee this right to all students with disabilities. Based on this premise, it is clear that Special Education plays a very important role in the emancipation of children with disabilities, with the function of promoting equality within the school environment. In order to consolidate itself, educational systems underwent adaptations, and educators also needed to improve themselves to meet the real needs of the system. Therefore, it is possible to see that inclusive education in Brazil has undergone major transformations throughout its history, contributing to human development, equality and citizenship, changing the reality of the classroom, breaking paradigms, and transforming itself into a democratic model.

**Keywords:** Education. Inclusion. Equality. Citizenship.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por finalidade, discutir a importância do papel da Educação Inclusiva na emancipação de crianças com necessidades educacionais especiais. Seu objetivo geral é discutir a importância da Educação Inclusiva para a formação dos alunos com necessidades especiais, tendo, pois, como objetivos específicos; falar sobre a educação inclusiva no Brasil, sua implantação, consolidação e avanços; evidenciar a importância do processo de inclusão no contexto da sala de aula; evidenciar os desafios enfrentados pelos professores, na promoção da inclusão social de

alunos com deficiência e a consolidação da educação especial dentro de uma perspectiva inclusiva.

O artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que teve como base teórica, autores(as) como: Mantoan (2003), Almeida (2015), Oliveira (2017), Mafra; Silveira e Silva (2019), entre outros que versam sobre a problemática da educação inclusiva.

As motivações para a escolha do tema, surgem a partir da realidade de sala de aula, vivenciadas no dia a dia da docência, que instiga a busca por mais conhecimentos na área pesquisada e, ao mesmo tempo, contribuir com novos conhecimentos, no campo da ciência, para que a inclusão, dentro ambiente escolar, seja uma realidade.

O texto aborda a temática da educação inclusiva de forma clara e objetiva, levando em consideração, seu processo histórico e evolutivo, as transformações legais, a implementações de novas práticas sociais, pedagógicas e educativas. Trazendo, pois, uma reflexão sobre a implementação e consolidação das políticas públicas, que norteiam a Educação Inclusiva no Brasil.

Todavia, a presente pesquisa buscou discutir a temática levando em consideração a sala de aula, como um ambiente heterogêneo, o trabalho docente como uma ação transformadora, que tem como papel social, promover uma educação democrática, solidária e equânime, tratando a todos de uma forma humana e igualitária.

Nesta perspectiva, a Educação Inclusiva, foi tratada sob o ponto de vista crítico reflexivo, trazendo à baila, seu processo de desenvolvimento, percurso histórico e transformacional, colocando as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais específicas, como atores coadjuvantes, das políticas e iniciativas de inclusão educacional. Nesta ótica, a escola se apresenta como um ambiente que tem a prerrogativa de efetivar inclusão da pessoa com deficiência, no contexto da educação escolar contemporânea.

## **2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AVANÇOS E CONQUISTAS**

Os rumos da educação brasileira começaram a mudar de forma significativa, a partir da Constituição de 1988, que traz em seu arcabouço a educação como um direito de todos e dever do estado. Com isso, todos os cidadãos e cidadãs; crianças, adolescentes, jovens e adultos, passaram a ter acesso a escolaridade. BRASIL (1988) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Essa garantia legal, foi reforçada com a LDB, Lei 9394/1996, que define em seu artigo 58, a Educação Especial como; “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. A LDB, marca um ponto fundamental na implementação da Educação Inclusiva no Brasil, sendo, pois, a porta de entrada para que todas as crianças, com alguma necessidade educacional específica, pudessem frequentar a escola e exercer seu direito de aprender.

Esses dispositivos, trazem também em seus textos, a garantia da formação continuada para professores, dando-lhes a oportunidade de buscar novos conhecimentos, a parti da formação continuada, par que as condições adequadas, e a preparação exigida, para o trabalho docente, a fim de promover uma educação inclusiva, para todos.

Para Mafra; Silveira e Silva (2019, p. 2):

Há de se notar que com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB houve uma considerável evolução em relação à educação com deficiência, embora esteja conceituada como modalidade de educação escolar oferecida aos portadores de deficiência, quando que na educação inclusiva o que se almeja é um processo educacional em que esses alunos sejam de fato integrados no convívio escolar regular.

Esse conjunto de transformações, tanto na legislação, quanto na estruturação do sistema educacional brasileiro, com o foco na inclusão, deu ao educando, com deficiência, o direito de frequentar à escola e estudar na mesma sala que os demais alunos. Situação, que no passado, por volta do século XVII, portanto, não ocorria, sendo que as crianças deficientes, eram segregadas, sendo relegadas ao analfabetismo.

Os direitos da pessoa com deficiência, começam ser defendidos, a partir da promulgação da Declaração de Salamanca, em 1994, que universalizou o direito a inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas. “Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (SALAMANCA, 1994, p. 5). A partir deste momento histórico, a educação passou a ser pensada tendo como delineamento, o princípio da igualdade e do pensar democrático, dando a todos, as mesmas oportunidades.

Nesta perspectiva, a educação inclusiva se consolida como um conjunto amplo de transformações sociais, estruturais e atitudinais, que tem dado a todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, a oportunidade de frequentar a escola e a aprender, de forma igualitária, em uma sala de aula inclusiva. Esse tipo de inclusão, acontece, não apenas nas salas de AEE, mas também, no ensino regular.

Para Brasil (2015) versa em seu artigo 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Assim, o processo de ensino tem como prerrogativa, atender a todas as necessidades dos educandos, respeitando suas especificidades, características e níveis de desenvolvimento, para que a inclusão destas pessoas no sistema escolar, não seja apenas uma ação assistencialista e burocrática.

Pode-se perceber, porém, que a educação inclusiva, especialmente no Brasil, foi sendo gradativamente consolidada, começando ganhar força com a Declaração de Salamanca e se consolidando com a efetivação das políticas públicas educacionais, que são implementadas na atualidade, como forma de garantir o direito de aprendizagem como uma ação equânime e emancipatória.

## 2.1. O PROCESSO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA

A escola tem um papel fundamental na inserção do indivíduo na cultura letrada. É neste ambiente, que ele tem acesso ao conhecimento, outras culturas, vivências e aos mais variados tipos de interação. Mas, nem sempre, essa interação e integração, da criança à escola, que se reafirma, no chão da sala de aula, aconteceu de forma equânime, direcionando maior atenção, a aqueles/aquelas que mais necessitam, consolidando assim, a inclusão social do indivíduo.

Segundo Almeida (2015, p. 19), “No atual contexto da Educação, [...] a Educação Inclusiva vem sendo adotada como referencial de políticas públicas que orienta os sistemas de ensino em suas ações pedagógicas. Nesta perspectiva, levando em consideração o contexto da educação contemporânea, as políticas públicas, estão cada vez mais voltadas para o processo de inclusão da pessoa com necessidades educacionais específicas, dentro contexto de sala de aula.

Essa inclusão, precisa acontecer na sua totalidade, dando ao educando, as condições ideais e adequadas para o seu desenvolvimento e aprendizagem, consolidando, o que versam os dispositivos legais, como a Constituição Federal e a LDB, colocando a educação como um direito de todos e dever do estado.

Para que esse direito seja, de fato, efetivado e todas as crianças, sem e com deficiência, tenham acesso à escola e ao saber, é necessário a implementação de políticas educacionais voltadas para as necessidades de cada educando, em especial, as crianças que têm algum tipo de deficiência, para que estas, exerçam seu direito de aprender e não a margem do sistema educacional, como ocorria no passado.

Para tanto, é necessário pensar a inclusão, como uma ação contínua e plena, para que não incorra no erro de apenas, inserir a criança, adolescente, jovem ou adulto, dentro da sala de aula. Mantoan, (2003, p. 18), “A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social” que sofrem ao longo de suas vidas.

Para que todas as crianças que tenham algum tipo de deficiência, seja física, mental, ou intelectual, tenham acesso ao direito de aprender, vem sendo implementadas políticas públicas, principalmente, no campo da educação que viabilizem essas ações, promovendo, assim, a consolidação do combate as desigualdades sociais e ampliando a participação da pessoa com deficiência no contexto escolar.

A inclusão social da criança especial no Brasil, portanto, é um projeto a ser construído por todos: família, diferentes setores da vida pública e população leiga. Necessita planejamento, experimentação, de forma a se identificar o que precisa ser feito em cada comunidade, para garantir o acesso das pessoas com deficiência do local e de outras comunidades aos recursos e serviços nela disponíveis. Não se instala por decreto, nem de um dia para o outro. (Aranha, 2001 p. 22).

Entretanto, é importante que a escola, seja o ponto de partida para a efetivação deste conjunto de ações que tem como objetivo principal, promover a inclusão dentro do contexto de sala de aula. Nesta perspectiva, é preciso que a mesma funcione como um elo de ligação, formando uma ponte que liga, família, educação e sociedade, lutando pelo fortalecimento de ações inclusivas e igualitárias.

A autora afirma ainda que “A democratização da sociedade brasileira passa pela construção de efetivo respeito a essa parcela da população, que a duras custas procura conquistar um espaço ao qual, por lei, tem direito” (Aranha, 2001 p. 22). Estas ações precisam ser fortalecidas, à medida que as demandas vão aumentando.

Um trabalho de parceria precisa ser feito, mantendo escola, poder público e sociedade, engajadas na busca pela construção de um ambiente escolar, inclusivo, que promova uma aprendizagem significativa, para as crianças com necessidades educacionais específicas. Todavia, estas ações não devem se limitar apenas ao ambiente escolar, o que lhes daria um aspecto de cumprimento de obrigação, se estender a todo o meio social.

Inclusão não se limita a garantir rampas de acesso, pisos adequados e portas amplas para a circulação de pessoas que utilizam cadeiras de rodas. Além de barreiras físicas, precisamos superar aquelas que passam pelas nossas atitudes, sem dúvida. Desenvolver um olhar sensível e um comportamento solidário é urgente se pretendemos, de fato, atuar por uma educação inclusiva. (Plaper, 2024, p. 2).

Portanto, a inclusão social e educacional, consiste em conjunto de mudanças sociais, atitudinais e paradigmáticas, que visam colocar em mesmo cenário, atores diferentes. Por

consequente, o ambiente escolar é o espaço mais propício para a consolidação de tais ações e o professor é o responsável imediato, dentro da sala de aula, a realização de uma educação inclusiva.

## 2.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O exercício da docência na educação de crianças com deficiência, tem sido tema de inúmeras discussões dentro do âmbito da pesquisa científica como também dentro do próprio ambiente escolar. Muitos educadores e educadoras, ao se deparar com essa realidade, enfrentam muitas dificuldades, em conduzir o processo de ensino e aprendizagem, diante dos desafios que lhes são apresentados.

Ropoli (et.al. 2010, p. 8), afirma que:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

São essas diferenças, criadas e estereotipadas pelas sociedades modernas, que constroem seu padrão de ser humano, como um modelo exigível para servir a seus interesses sociais, econômicos, intelectuais e culturais, que criaram barreiras quase que intransponíveis, que os educadores têm que lapidar todos os dias.

É comum, se ouvir de professores, relatos sobre suas experiências, às vezes fracassadas, na tentativa de fazer com que aquelas crianças, que apresentam algum tipo de deficiência, sejam incluídas e exerçam seu direito de aprender. Assim, a ideia promoção de uma educação igualitária e inclusiva, tem sido cada vez mais recorrente dentro do ambiente escolar, em especial, nas escolas públicas brasileiras.

Todavia, Fernandes; Coelho e Galúcio (2020, p.16) afirmam que “o processo de inclusão propõe mudanças no fazer pedagógico, pois a educação não se limita a um número restrito de pessoas, mas sim a todas enquanto ser social com direito ao conhecimento que promova o seu desenvolvimento” dentro de um contexto de integralidade.

São essas mudanças que desafiam os professores a se reinventar dentro de suas salas de aula, repensando a metodologia, revendo conceitos, buscando informações com os mais experientes, ora recorrendo as equipes multiprofissionais, em busca de suporte para conduzir suas atividades, tentando alcançar seus objetivos. Todo esse jogo de tentativas, buscas, erros e acertos tem um único propósito, fazer a inclusão daqueles e aquelas, que em razão de uma patologia, síndrome, ou transtorno, não consegue aprender no mesmo ritmo que os demais colegas de sala.

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humana. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com ou sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente excluyente do ensino tradicional ministrado nas salas de aula do ensino regular (Mantoan, 2013, p.69).

A inclusão, consiste na democratização do ensino, para que todos tenham acesso ao saber, sem que haja a segregação de nenhum ator, colocando todos em um mesmo patamar. A escola inclusiva e acolhedora, trata todos com a mesma dedicação, respeito e equidade. Promover a igualdade dentro do ambiente escolar é um dos papéis da educação no século XXI, sendo o educador o agente responsável por esta ação.

A Educação Inclusiva surgiu em um momento de necessidade e importância da democratização da educação para todos/as, sem exceção, sendo assim, os/as estudantes que possuíam alguma deficiência passaram a ser incluídos/as também no ensino regular, e não só nas escolas especiais (Costa; Sousa; Chaves, 2020, p. 54).

Com a democratização do ensino e a implementação das políticas de inclusão no âmbito educacional, as crianças, adolescentes e jovens, com algum tipo de deficiência, ou necessidades educacionais específicas, passaram a ter direito de frequentar a escola e de aprender. Isso tem tornado a sociedade mais justa e equânime, promovendo a emancipação de todos através da educação.

Neste cenário, o professor tem uma atuação fundamental na transformação realidade dos educandos, com necessidades específicas, quebrando os paradigmas e construindo a igualdade entre todos os alunos, transpondo as barreiras que foram construídas pelas sociedades, no decorrer da história e existência humana.

É dentro do espaço escolar que ocorrem as rupturas de possíveis preconceitos e contradições e o fazer inclusivo está no âmbito interno e o modo como o professor percebe o processo inclusivo interfere diretamente na construção de uma educação de qualidade e de equidade. (Ribeiro; Barreto, 2023, p. 15).

Entretanto, o professor/professora que atua na Educação Básica, desenvolvem este papel, que é promover a inclusão de crianças com deficiência, no contexto de sala de aula. Outro fator de grande significância na carreira profissional desses atores, é a formação docente, que muitas vezes, não os preparam o suficiente para enfrentar tal realidade, sendo preciso recorrer aos cursos de especialização, ou até mesmo, a colegas de trabalho com mais experiência, para poder concretizar seu trabalho.

### 2.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL DENTRO DE UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O processo de democratização da educação brasileira, que vem se consolidando a partir da

implementação de políticas sociais públicas, que visam melhorar a qualidade do atendimento aos educandos, dentro do contexto da educação pública, ganha novos significados à medida que estende este atendimento ao público com necessidades educacionais específicas.

Neste cenário, ganha destaque a Educação Especial, pautada na consolidação dos direitos humanos, igualdade, liberdade e da cidadania, que fez com que, toda a estrutura dos sistemas de ensino, passassem por transformações e adequações, para atender às novas expectativas e necessidades de um conjunto de especificidades.

A política de educação inclusiva, pressupõe mudanças estruturais na escola, para que haja adaptações escolares aos educandos com deficiência, considerando, na prática escolar, a convivência com a diversidade cultural e com as diferenças individuais (Oliveira, 2017, p.47).

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que não é o aluno que precisa ser moldado para se encaixar dentro dos sistemas de ensino, mas, a educação em sua totalidade, escola, educador, gestão, práticas pedagógicas, entre outras, que precisam ser ajustadas de acordo com as necessidades de cada indivíduo.

Mantoan (2003, p. 08) afirma que:

é a escola que tem de mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito à educação é indispensável e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados.

Contudo, é importante frisar que a escola precisa ser pensada e planejada para atender de forma digna os educandos com deficiência, promovendo sua emancipação e aprendizagem de forma eficiente. Não atribuindo ao aluno, a responsabilidade de se adaptar à sua realidade. É preciso, pois, pensar em estratégias que tragam, de fato, bons resultados para os alunos.

Para Leonel (2022, p. 280) “o paradigma da inclusão exige que os sistemas de ensino implementem políticas e práticas que possibilitem o desenvolvimento social e educacional para todos os alunos”. Todavia, é imprescindível pensar a escola como um ambiente de transformação, capaz de se moldar a cada situação que lhe for imposta, deixando de lado, os estereótipos criados no passado, promovendo uma quebra de paradigmas e promovendo a igualdade.

Segundo Mantoan (2003, p. 12):

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

A valorização do indivíduo, levando em consideração suas especificidades e diferenças, deve ser o lema da escola inclusiva. A educação especial, não deve ser vista como uma forma de assistencialismo, nem o aluno com deficiência, ser tratado como inferior, incapaz, o coitadinho.

Entretanto, a escola deve enxergá-lo um ser pensante, capaz de se desenvolver, conquistar sua independência e autonomia.

Nessa direção, mais do que o ato de introduzir o aluno na escola, defendemos que é necessário perceber esse espaço como local onde deve ser oferecida uma educação de qualidade para todos os alunos, reconhecendo suas diferenças e oferecendo condições para a constituição de práticas inclusivas. Isso significa conhecer as necessidades educacionais de cada um, de modo a identificar as adequações curriculares que atendam a todos os envolvidos no processo educativo, reunindo todos os esforços para garantir os princípios democráticos de participação plena, na busca da constituição de uma escola inclusiva. (Leonel, 2022, p. 281).

A Educação Especial, dentro de sua perspectiva inclusiva tem como fundamento, proporcionar aos educandos um ensino de qualidade, que atenda de forma plena as necessidades dos alunos, não podendo, limitar-se apenas ao fato de colocar o aluno dentro da escola. A criança com deficiência, independentemente, do grau, ou nível de deficiência, tem o direito de aprender.

Para que esse direito seja respeitado é preciso que toda a comunidade escolar, esteja engajada nesta ação. Promover uma educação para todos, sem discriminar, nem inferiorizar alguém por cause de uma deficiência. É necessário, remover as barreiras, minimizar os efeitos, buscar políticas e práticas educativas que sejam capazes de transformar a realidade dos educandos com necessidades educacionais específicas.

Segundo Mantoan (2003), é necessário que haja uma “quebra de paradigmas”, ou seja, que aquela visão estereotipada que se tinha no passado, com relação a pessoa com deficiência, colocando-a, na posição de incapaz, seja substituída por um conjunto de ações capaz reverter esta situação e fazer com que a criança deficiente, aprenda, de uma forma digna, igualitária e respeitosa.

Assim, promover a inclusão do ser humano, é dá a este, as condições ideais para que ele cresça, se desenvolva, aprenda e continue aprendendo ao longo de sua vida, sendo a sala de aula, o espaço propício para que estas ações de ensino e aprendizagens sejam efetivadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de inclusão de pessoas com deficiência dentro do contexto escolar, consiste em conjunto de mudanças, estruturais e atitudinais, que visa garantir, que estas crianças, jovens e adultos, tenha a oportunidade frequentar o ambiente escolar e aprender, de forma digna e humanizada.

Entretanto, isso tem sido uma ruptura dos antigos paradigmas, que colocavam em lados opostos, pessoas consideradas: normais, sem deficiência e do outro lado desse divisor de águas, pessoas com algum tipo de deficiência, fosse esta, intelectual, mental ou

física, que lhes tirava o direito de aprender.

Com a implementação de novos dispositivos legais, a exemplo da Constituição de 1988 e a Lei 9.394/96, que transformaram a educação em direito de todos, abriu-se o espaço para que estas crianças pudessem aprender. Com a declaração de Salamanca e promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, em 2015, este cenário passou por grandes transformações.

Diante desse conjunto de mecanismos, que foram implementados dentro do contexto educacional, a efetivação da Educação Inclusiva, no Brasil, os educadores, gestores e demais componentes do setor educacional, passaram a enfrentar novos desafios, o de incluir estas pessoas, dando-lhes, a oportunidade de estar e permanecer na escolar.

Nesta perspectiva, nasce um novo conceito, a Educação Especial, dentro uma perspectiva inclusiva. Que tem a prerrogativa de proporcionar um sistema de ensino, que atenda as reais necessidades desses educandos, tendo em vista, sua finalidade de consolidação das políticas sociais públicas voltadas para as pessoas com necessidades educacionais específicas.

Partindo desse pressuposto, a escola começou a ser pensada como um ambiente, que é ao mesmo tempo, propício e capaz de promover a igualdade entre aqueles(as), que no passado, eram tratados como incapazes, viviam a margem dos sistemas de ensino.

A implantação das políticas sociais públicas, voltadas para atender as necessidades das pessoas, crianças, jovens e adultos, com deficiência, atreladas as mudanças aplicadas às novas metodologias de ensino, torna realidade e consolidação da inclusão, da igualdade e equidade na escola.

Todavia, o presente artigo, teve como objetivo primordial, elencar uma discussão sobre o processo de inclusão escolar no Brasil, levando em consideração, a realidade educacional do país, as mudanças atitudinais e estruturais, pelas quais nosso sistema educativo vem passando e a atuação docente, no interior da sala de aula.

A temática abordada abrange desde evolução histórica da educação inclusiva, até os desafios enfrentados pelos docentes nas salas de aula inclusiva. Para dá ênfase ao tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, que buscou trazer novas informações para que possam contribuir, tanto com os docentes que atuam na área, quanto para novas discussões sobre a problemática da inclusão social de pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tamara França de. **indicadores das políticas de inclusão escolar na baixada Fluminense: O que dizem os dados oficiais?** In. PLETSCHE, Márcia Denise. SOUZA, Flávia Faissal de. (Org.) Observatório de educação especial e inclusão escolar: balanço das pesquisas e das práticas na Baixada Fluminense. – São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência.** Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, no. 21, março, 2001, pp. 160-173.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); Acesso em: 24/10/ 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Planalto. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) > acesso em: 20/10/2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso: 23/10/2024.
- COSTA, Gabriel Iagher. SOUSA, Gabriela Maria de. CHAVES, Ana Paula Nunes. **OS Desafios da Educação Inclusiva na Escola Básica Municipal Padre João Alfredo Rohr, Florianópolis/SC.** In. JUNIOR, Luiz Martins; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; FROZZA, Marcia Vidal Candido (Organizadores). Estágio curricular supervisionado: aprendendo a ser professor/a. Campo Grande: Editora Inovar, 2020. 286p.
- LEONEL, Ronaldo dos Santos. **Um olhar sobre a prática do profissional de apoio à alunos com transtorno do espectro autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira – Pará.** In. Educação na Contemporaneidade: desafios pedagógicos e tecnológicos. Santos, Marcos Pereira dos. Alves, Celso Roberto Borges (org). Campina Grande: Editora Aplla, 2022.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** In: MACHADO, Rosângela. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Cap. 3, p. 6975.
- MAFRA, J. Silva; SILVA, H. Borges; SILVEIRA, A. Machado. **Educação Inclusiva no Brasil.** Cadernos da Fucamp, v.18, n.33, p.126-133/2019.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Educação Especial, Direitos Humanos e Cidadania.** In. Educação especial: cidadania, memória, história / Organização de Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes. – Belém: EDUEPA, 2017. 296p.
- PLAPLER, Denis. **A interdependência dos princípios da inclusão e da democracia.** Instituto

Rodrigo Mendes e Diversa. Pinheiros, São Paulo, 2024.

ROPOLI, Edilene Aparecida. Et.al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: secretaria de educação especial; Fortaleza Universidade Federal do Ceará, 2010.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANA**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha).

RIBEIRO, Lóide Luz Gusmão. RIBEIRO, Lóide Luz Gusmão. BARRETO, Denise Aparecida Brito. **Educação inclusiva e formação de professores: desafios da atuação docente em uma escola pública do município de Cordeiros-Ba**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2023. 120p.

## **CAPÍTULO 3- A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO PARA REDUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR**

**Bruna Tamara Fernandes de Andrade**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Edriana Célia Fernandes dos Santos**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Franceneide Fernandes Gomes**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Micaely Dutra de Brito**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sonia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo abordar a importância do psicopedagogo para a redução do fracasso escolar, onde discutiremos as causas e consequências do fracasso escolar, destacando os impactos para o processo de aprendizagem. A pesquisa é qualitativa quanto a abordagem e bibliográfica quanto ao método, contendo autores como Bossa (2011), Nascimento (2013), Sampaio (2010), Santos (2011) e Weiss (2004). Portanto, de início exploraremos a evolução da psicopedagogia no país, o papel dos profissionais desta área e os principais desafios e contribuições para a educação brasileira. Também discutiremos as causas e consequências do fracasso escolar, destacando os impactos para o processo de aprendizagem e apontando algumas estratégias para minimizar esses prejuízos. Ainda, haverá uma explanação sobre a relevância da psicopedagogia no combate ao fracasso escolar, destacando como suas práticas podem promover um ambiente de aprendizado inclusivo e eficiente, beneficiando tanto os alunos quanto os educadores, construindo um ambiente onde todos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar. Fracasso Escolar. Alfabetização.

**ABSTRACT:** The article aims to address the importance of the psychopedagogue in reducing school failure, where we will discuss the causes and consequences of school failures, highlighting the impacts on the learning process. The research is qualitative in approach and bibliographic in method, including authors such as Bossa (2011), Nascimento (2013), Sampaio (2010), Santos (2011) and Weiss (2004). Therefore, we will begin by exploring the evolution of psychopedagogy in the country, the role of professionals in this field, and the main challenges and contributions to Brazilian education. We will also discuss the causes and consequences of school failures, highlighting its impacts on the learning process and suggesting strategies to minimize these setbacks. Additionally, there will be an explanation of the relevance of psychopedagogy in combating school failure, emphasizing how its practices can promote an inclusive and efficient learning environment, benefiting both students and educators, and creating an environment where everyone has the opportunity to learn and develop fully.

**Keywords:** School Management. School Failure. Literacy.

## INTRODUÇÃO

O psicopedagogo é um profissional fundamental no cenário educacional, sendo responsável pela formação integral dos estudantes e pela promoção de práticas pedagógicas que favorecem o aprendizado e o desenvolvimento. No contexto do fracasso escolar, marcado por altas taxas de evasão, repetência e baixo rendimento, a atuação do pedagogo torna-se ainda mais relevante.

Conforme afirma Libâneo (2004) quem está à frente da gestão escolar necessita ter autoridade para dirigir ações e delegar responsabilidades, além de acompanhar o processo pedagógico e tomar decisões, ou seja, encontrar a medida mais adequada para determinadas situações, de modo, a encontrar soluções diante das adversidades. Ou seja, cabe ao pedagogo orientar e mediar todo o trabalho pedagógico desenvolvido na unidade escolar.

A psicopedagogia é uma área do conhecimento que se dedica ao estudo dos processos de aprendizagem e das dificuldades que podem surgir ao longo desse percurso. No Brasil, o desenvolvimento da psicopedagogia reflete a busca por métodos e abordagens que compreendam o indivíduo em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, emocionais, culturais e sociais que influenciam o aprendizado.

O fracasso escolar é um fenômeno complexo que engloba a repetência, o abandono escolar e o baixo desempenho acadêmico, afetando milhões de estudantes e acarretando prejuízos significativos para o aprendizado e o desenvolvimento pessoal. Esse problema, de grande relevância no Brasil e no mundo, reflete não apenas dificuldades pedagógicas, mas também questões sociais, emocionais e estruturais.

A psicopedagogia é uma área que une conhecimentos de psicologia e pedagogia, com o objetivo de compreender e intervir nos processos de aprendizagem, especialmente em situações onde ocorrem dificuldades ou defasagens. No Brasil, onde o fracasso escolar ainda é uma realidade preocupante, a psicopedagogia oferece contribuições valiosas para a prevenção e superação dessas dificuldades.

A opção por este tema se justifica pela preocupação do aumento do fracasso escolar com o passar dos anos no Brasil, fazendo com que ocorra um estudo sobre a importância do pedagogo para evitar essa evasão escolar através de novos métodos de ensino. Este estudo adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, segundo Gatti

(2011), a qual descreve a importância da pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que tratará da análise de conteúdo dos registros acerca de temáticas da presente pesquisa, bem como estudo bibliográfico sobre o tema.

O fracasso escolar é um desafio significativo para o sistema educacional, e sua superação depende de uma atuação coordenada e comprometida de todos os profissionais envolvidos, especialmente do pedagogo. Com um papel estratégico na criação de ambientes de aprendizado inclusivos e acolhedores, o pedagogo atua como mediador do processo de ensino e aprendizagem, buscando adaptar as práticas pedagógicas para que todos os alunos possam aprender e se desenvolver.

Ao valorizar a diversidade, promover o acolhimento e oferecer suporte tanto aos alunos quanto aos professores, o pedagogo contribui para a criação de uma escola onde o fracasso escolar seja minimizado e onde o aprendizado ocorra de forma significativa. Para que esse trabalho tenha sucesso, é essencial que o pedagogo seja valorizado e que a educação receba investimentos que garantam a infraestrutura e os recursos necessários para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade. Dessa forma, a educação pode cumprir seu papel transformador, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham as mesmas oportunidades de crescer e de aprender.

## **1 A PSICOPEDAGOGIA E O FRACASSO ESCOLAR**

### **2.1 CONTEXTUALIZANDO A PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL**

A psicopedagogia surgiu como uma disciplina autônoma na Europa, especialmente na França e na Espanha, entre as décadas de 1920 e 1950, e foi influenciada por estudiosos como Jean Piaget (1965), Lev Vygotsky (1984) e Sigmund Freud (1996), que trouxeram contribuições significativas para a compreensão dos processos cognitivos e emocionais no aprendizado. No Brasil, o campo psicopedagógico começou a ganhar forma apenas na década de 1970, principalmente em decorrência das transformações sociais e das novas demandas educacionais que surgiam no país.

O primeiro curso de formação em psicopedagogia no Brasil foi oferecido pelo Instituto *Sedes Sapientiae*, em São Paulo, em 1979, e foi essencial para a criação de um corpo teórico e metodológico adaptado ao contexto brasileiro. Com o crescimento da área, surgiram diversas instituições, associações e cursos de especialização

voltados para a capacitação de psicopedagogos, como Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), fundada em 1980, que passou a regulamentar e organizar a prática profissional e a promover a discussão sobre os desafios e avanços do campo (ABPp, 2019).

A psicopedagogia é conhecida no Brasil como uma área interdisciplinar, em que se dá grande ênfase para a aprendizagem e seus processos. Segundo Bossa (2011), ela abrange diversos campos, como psicologia, pedagogia, epistemologia, fonoaudiologia, psicanálise, neurociência,

medicina, entre outros. Por se tratar de um campo amplo e emergente, ela não possui uma única definição. Assim, também é entendida como uma ciência que

Propõe-se a buscar uma resposta para os conflitos na aprendizagem com técnicas de trabalho que podem ser desenvolvidas de maneira individual ou em grupo, para assim resgatar a vontade de aprender, de modo a observar quais fatores, possivelmente, podem contribuir ou não para o processo de ensino-aprendizagem (Anjos; Dias, 2015, p.2).

No Brasil, o campo psicopedagógico desenvolveu uma abordagem contextualizada, considerando as especificidades culturais e sociais dos estudantes brasileiros. Esse contexto envolve aspectos como as desigualdades educacionais e a diversidade cultural e linguística. O psicopedagogo busca compreender a singularidade de cada indivíduo, investigando suas dificuldades de aprendizagem a partir de uma análise ampla, que contempla o meio social, as dinâmicas familiares, o ambiente escolar e as características pessoais.

A prática psicopedagógica no Brasil envolve duas principais vertentes: a psicopedagogia clínica e a psicopedagogia institucional. A psicopedagogia clínica é realizada em consultórios e atende individualmente pessoas com dificuldades de aprendizagem, trabalhando para identificar e resolver questões específicas. Já a psicopedagogia institucional ocorre em ambientes escolares e outros espaços coletivos, onde o psicopedagogo atua na prevenção de dificuldades, no desenvolvimento de programas pedagógicos e no apoio aos professores e gestores.

Afirma Bossa (2011):

A psicopedagogia clínica procura compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos que interferem na aprendizagem, a fim de possibilitar situações que resgatem o prazer de aprender em sua totalidade, incluindo a promoção da integração entre pais, professores, orientadores educacionais e demais especialistas que transitam o universo educacional do aluno (Bossa, 2011, p.67).

Ainda, Nascimento (2013):

A Psicopedagogia estuda os processos de aprendizagem, ou seja, os mecanismos do aprender e do não aprender, aquilo que interfere as dificuldades e transtornos de aprendizagem. A psicopedagogia Institucional se propõe a analisar a instituição educacional como um todo, sujeitos que a compõe, metodologias de trabalho, currículo, a fim de auxiliar no sucesso educacional (Nascimento, 2013, p.03).

A psicopedagogia tem contribuído significativamente para o campo educacional no Brasil, especialmente ao proporcionar um entendimento mais amplo e profundo sobre as causas e as possíveis intervenções para as dificuldades de aprendizagem. Tendo como principais contribuições: a identificação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem; apoio emocional e social; fortalecimento das relações entre escola e família e capacitação e suporte aos educadores.

Ademais, Bossa (2007):

Cabe ao psicopedagogo assessorar a escola no sentido de alertá-la para o papel que lhe compete, seja redimensionando o processo de aquisição e incorporação do conhecimento dentro do espaço escolar, seja reestruturando a atuação da própria instituição junto a alunos e professores e seja encaminhado a alunos e outros professores (Bossa, 2007, p.67).

Apesar das contribuições significativas da psicopedagogia, o campo ainda enfrenta desafios no Brasil, sendo um deles a falta de regulamentação formal da profissão. Esse cenário gera incertezas para os profissionais, além de limitar o reconhecimento e a valorização do trabalho psicopedagógico nas escolas e em outras instituições. A ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia) tem atuado ativamente para mudar essa realidade, lutando pela regulamentação da psicopedagogia e pelo reconhecimento de sua importância para o sistema educacional.

Outro desafio importante é a necessidade de ampliar o acesso aos serviços psicopedagógicos. No Brasil, muitos estudantes com dificuldades de aprendizagem não têm acesso a um atendimento especializado, especialmente em escolas públicas e em regiões mais afastadas. É crucial que políticas públicas sejam desenvolvidas para garantir que esses serviços estejam disponíveis para todos os alunos, sem distinção.

Ainda assim, as perspectivas para a psicopedagogia no Brasil são promissoras. Com o aumento da valorização da educação e a conscientização sobre a importância de uma abordagem integral do aprendizado, a demanda por profissionais qualificados na área de psicopedagogia tende a crescer. Além disso, o avanço das pesquisas em neurociências e prática psicopedagógica deve ampliar seu alcance.

## 2.2 O FRACASSO ESCOLAR E SEUS PREJUÍZOS A APRENDIZAGEM

O fracasso escolar é entendido como a incapacidade do aluno de atingir as metas e objetivos propostos pelo sistema educacional. Embora os fatores possam variar, ele está frequentemente associado ao abandono escolar e à repetência. Este fenômeno não ocorre de forma isolada; envolve múltiplas causas que, em muitos casos, estão interligadas e vão além do ambiente escolar.

Jardini (2003) descreve que:

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio e habilidades matemáticas. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas da auto regulação, percepção social e interação social, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade da aprendizagem.

Ainda que as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes, por exemplo: deficiências sensoriais, retardamento mental, transtornos emocionais graves ou com influências extrínsecas (tais como as diferenças culturais, instruções inapropriada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências. Por isso a necessidade de identificação e diagnóstico precoce dessas alterações no curso normal do desenvolvimento, pois evita posteriores consequências educacionais e sociais desfavoráveis (Jardini, 2003, p.27).

Em países como o Brasil, a desigualdade social exerce grande influência no desempenho escolar dos alunos. Estudantes que vivem em condições de vulnerabilidade enfrentam desafios como a falta de acesso a recursos educacionais adequados, condições precárias de moradia, necessidade de trabalhar desde cedo e a insuficiência de uma alimentação saudável.

O desenvolvimento emocional do aluno é essencial para aprendizagem. Alunos que enfrentam ansiedade, baixa autoestima ou outros problemas emocionais tendem a ter um desempenho inferior. Além disso, a presença de transtornos como dislexia, TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e discalculia também está associada ao fracasso escolar. Massari (2018) alerta que as causas pessoais mais frequentes que impedem os alunos de aprender são “neurológicas, biológicas, psicológicas ou sociais”.

A falta de metodologias de ensino inclusivas e adaptadas às necessidades dos alunos também contribui para o fracasso escolar. Em muitos casos, o currículo rígido e pouco flexível não atende às diferentes formas de aprendizado, deixando os alunos que têm dificuldades sem o suporte necessário. Além disso, a superlotação das salas de aula e a escassez de recursos didáticos e tecnológicos dificultam o aprendizado individualizado e o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos.

Pois, destaca Morais (2006):

É importante, portanto, que exista uma preocupação em determinar precocemente a causa da dificuldade para aprender. O diagnóstico precoce do distúrbio de aprendizagem é um ponto fundamental para a superação das dificuldades escolares. Além de orientar os educadores e pais sobre a melhor forma de lidar com a criança, direciona a elaboração de programas de reforço escolar e adoção de estratégias clínicas e/ou educacionais que auxiliam a criança no desenvolvimento escolar (Morais, 2006, p.25)

O fracasso escolar acarreta uma série de prejuízos à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno. Esses prejuízos vão além da esfera acadêmica, afetando também o desenvolvimento emocional e social, com impactos que podem perdurar ao longo da vida. Sampaio (2010), aborda o fracasso escolar levando em consideração a relação triangular sujeito-família-escola, analisando cada componente dessa relação em suas peculiaridades juntamente com os fatores orgânicos, psicológicos e ambientais que norteiam tal relação.

Um dos primeiros impactos do fracasso escolar é a desmotivação. Quando os alunos não conseguem alcançar as metas e se sentem constantemente em desvantagem, perdem o interesse pelo aprendizado. Esse desinteresse, por sua vez, agrava as dificuldades, criando um ciclo negativo que torna o fracasso escolar ainda mais provável. Com o tempo, esses alunos podem ver a escola como um ambiente hostil, em vez de um espaço de crescimento e descoberta.

O fracasso repetido no ambiente escolar pode levar à redução da autoestima, e muitos alunos passam a se enxergar como incapazes ou inferiores. Essa percepção pode desencadear uma série de sentimentos negativos, como frustração, ansiedade e medo do fracasso, afetando a saúde mental do aluno. Como também, interfere no desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a capacidade de análise. Ainda, o fracasso escolar está associado a consequências de longo prazo, como dificuldades para acessar o mercado de trabalho e para participar ativamente na sociedade.

Para combater o fracasso escolar e minimizar seus prejuízos, é fundamental implementar políticas e práticas educativas que promovam a inclusão, a diversidade de metodologias e o suporte contínuo aos alunos.

Para Soares (1992):

Comprometida com a luta contra as desigualdades, vitalizando e direcionando adequadamente as forças progressistas nela presentes e garantir as classes populares a aquisição dos conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social. Uma escola transformadora é, pois uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, e que, por isso, assume a função de proporcionar as camadas populares, através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e de reivindicação social (Soares, 1992, p.13)

Detectar sinais de fracasso escolar desde cedo é essencial para uma intervenção eficaz. Capacitar os professores para identificar dificuldades e utilizar métodos de ensino inclusivos é fundamental para promover uma educação de qualidade. Além disso, o apoio contínuo a esses profissionais, como a oferta de formações e grupos de apoio, pode ajudá-los a lidar com as complexidades do ambiente escolar. A diversificação dos métodos de ensino é uma das formas mais eficazes de combater o fracasso escolar.

A família e a comunidade desempenham papéis essenciais no enfrentamento do fracasso escolar. Nesse sentido, é importante citar Cavalcanti (1998) que explica que pais e escola são uma grande potência para que o ambiente escolar seja melhorado, como modificar a experiência dos educandos em uma vivência mais agregadora. Quando a escola e a família trabalham juntas, é possível oferecer ao aluno uma rede de apoio mais ampla e eficaz.

Finalmente, é essencial que as políticas públicas estejam comprometidas com a criação de um sistema educacional inclusivo e equitativo, que ofereça condições adequadas para o aprendizado de todos os alunos. Investimentos em infraestrutura escolar, valorização dos profissionais da educação, programas de apoio psicológico e projetos de combate à evasão escolar são exemplos de ações que podem contribuir para a redução do fracasso escolar no Brasil.

### 2.3 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA REDUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar pode ser compreendido como a incapacidade do estudante de atingir os objetivos de aprendizagem propostos pela escola. Esse fenômeno abrange o baixo rendimento, a repetência e a evasão escolar, e decorre de uma série de fatores complexos. Entre os motivos mais comuns para o fracasso escolar estão a falta de condições socioeconômicas, dificuldades emocionais, transtornos de aprendizagem e a inadequação dos métodos pedagógicos utilizados na escola.

Afirma, Solé (2001):

Na verdade, em muitos casos, psicólogos e pedagogos realizam tarefas muito similares em seu campo de trabalho, o que os obrigou à busca de formação em área do conhecimento que não haviam sido consideradas durante sua formação inicial: os pedagogos em núcleos de formação psicológicas e os psicólogos em campos de conhecimento pedagógico (Solé, 2001, p.32).

A psicopedagogia se desenvolveu para oferecer suporte a alunos e educadores na compreensão das dificuldades de aprendizagem, visando intervir de forma personalizada e contextualizada. No Brasil, onde as taxas de evasão e repetência são elevadas, a atuação do psicopedagogo contribui para que os alunos consigam ultrapassar barreiras cognitivas e emocionais, possibilitando um aprendizado significativo e um desempenho escolar satisfatório.

O trabalho psicopedagógico é feito tanto em espaços clínicos, voltado para atendimento individualizado, como no contexto escolar, promovendo a integração do aluno no ambiente educacional. A psicopedagogia busca entender o aluno em sua totalidade, considerando os aspectos emocionais, sociais e cognitivos que afetam sua aprendizagem, para que, com base nisso, intervenções possam ser planejadas de forma a atender suas necessidades específicas.

Destaca, Brum, F. T; Pavão, S. M. de O. (2014):

Em consequência disso, o papel do psicopedagogo destaca-se por seu caráter interdisciplinar, pois sua intervenção no âmbito escolar alcançar, dimensão muito específicas do trabalho psicopedagógicos, tendo ele que usa ferramentas para avaliar, diagnosticar e intervir, alcançando as dimensões da família (dinâmica, estrutura) e da escola (curriculares, metodológicos). (Brum, F. T; Pavão, S. M. de

O, 20014, p.117).

A psicopedagogia oferece uma série de contribuições para a superação do fracasso escolar, com estratégias que podem ser implementadas tanto ao nível individual quanto coletivo. Weiss (2004) afirma ainda que:

No diagnóstico psicopedagógico do fracasso escolar de um aluno não se podem desconsiderar as relações significativas existentes entre a produção escolar e as oportunidades reais que determinada sociedade possibilita aos representantes das diversas classes sociais. Assim, alunos de escolas públicas brasileiras provenientes das camadas de mais baixa renda da população são frequentemente incluídos em “classes escolares especiais”, considerados pertencentes ao grupo de possíveis “deficientes mentais”, com limites e problemas (Weiss, 2004, p.16).

Um dos principais papéis do psicopedagogo é identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem dos alunos, como a dislexia, o déficit de atenção e a discalculia. A identificação precoce é essencial para o sucesso da intervenção, pois permite que as dificuldades sejam trabalhadas antes que se agravem e comprometam o desempenho escolar. Além disso, a psicopedagogia oferece recursos e ferramentas para diagnosticar as dificuldades de forma detalhada, possibilitando uma compreensão aprofundada das necessidades de cada aluno.

Ainda, Santos (2011):

O psicopedagogo é um profissional que tem total dedicação à acessória de instituições escolares com o intuito de certificar aos profissionais que nela atuam e oferecer condições precisas para poder atingir uma melhor compreensão da complexidade do processo de ensinar e aprender (Santos, 2011, p.1).

Após identificar as dificuldades, o psicopedagogo elabora um plano de intervenção personalizado, adequado às necessidades e ao estilo de aprendizagem do aluno. Esse plano pode incluir estratégias para desenvolver habilidades cognitivas e emocionais, além de metodologias específicas para facilitar o aprendizado. A psicopedagogia valoriza o ritmo e a singularidade de cada estudante, garantindo que ele possa progredir na escola de maneira saudável e motivada.

O fracasso escolar afeta diretamente a autoestima dos alunos, que podem desenvolver sentimentos de incapacidade e desmotivação. A psicopedagogia entende que o processo de aprendizagem envolve não apenas a escola, mas também o ambiente familiar. Para reduzir o fracasso escolar, é fundamental que a família participe do processo educativo, oferecendo apoio e acompanhando a trajetória escolar do aluno.

A psicopedagogia também contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, oferecendo orientações sobre as melhores práticas pedagógicas para trabalhar com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Um dos fatores que mais contribuem para o fracasso escolar é a ausência de um ambiente

escolar inclusivo. Pois, a partir de práticas pedagógicas inclusivas, o psicopedagogo contribui para a redução de barreiras, permitindo que todos os alunos possam desenvolver seu potencial.

Para que as contribuições da psicopedagogia tenham impacto positivo na superação do fracasso escolar, algumas estratégias podem ser adotadas na rotina escolar e no atendimento individual dos alunos. Segundo Mendes “[...] considerando- se que o psicopedagogo conheça a realidade em que o professor atua, observe sua dinâmica pedagógica e reelabore junto com ele a conduta pedagógica mais adequada à realidade de sua sala de aula.” (2016, p.70).

A avaliação diagnóstica permite identificar as dificuldades de aprendizagem, mas é essencial que essa avaliação seja contínua, com acompanhamento do desenvolvimento do aluno ao longo do tempo. A atualização de atividades lúdicas e criativas é uma estratégia eficaz da psicopedagogia para envolver os alunos no processo de aprendizagem.

A psicopedagogia considera que a educação emocional é essencial para a aprendizagem. Com isso, o planejamento individualizado é muito importante para facilitar o aprendizado dos alunos com dificuldades. Assim como, as atividades colaborativas ajudam os alunos a desenvolverem habilidades sociais e a aprenderem de forma cooperativa.

A psicopedagogia desempenha um papel crucial na redução do fracasso escolar ao propor intervenções que vão além da mera transmissão do conteúdo. Ao considerar as dimensões cognitivas, emocionais e sociais do aluno, o psicopedagogo promove uma aprendizagem integral, que respeita as diferenças e busca desenvolver o potencial de cada estudante.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O psicopedagogo exerce uma função essencial no enfrentamento do fracasso escolar, ao integrar conhecimentos pedagógicos, psicológicos e sociais para compreender e intervir nas dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Sua atuação vai além da identificação de problemas específicos, englobando também o fortalecimento da autoestima dos alunos, o apoio emocional, a promoção de metodologias pedagógicas inclusivas e o suporte aos educadores e famílias no processo de ensino-aprendizagem. A psicopedagogia parte do princípio de que o processo de aprendizagem envolve mais do que o domínio de conteúdos escolares. Para a psicopedagogia, o aprender é um fenômeno complexo, influenciado por fatores internos (como os emocionais e cognitivos) e externos (como o ambiente familiar e escolar).

As reflexões apresentadas ao longo deste artigo, destacam a importância de compreender o fracasso escolar como um fenômeno multifatorial, influenciado por questões emocionais, sociais, econômicas e pedagógicas. Nesse contexto, o psicopedagogo tem um papel estratégico, oferecendo

intervenções individualizadas e promovendo um ambiente escolar acolhedor, no qual todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.

No Brasil, onde o fracasso escolar representa um desafio para a educação, a atuação do psicopedagogo contribui para a criação de ambientes de aprendizado mais inclusivos e acolhedores, capazes de transformar a trajetória acadêmica dos alunos. Por outro lado, a relevância do psicopedagogo depende de seu reconhecimento nas escolas e da implementação de políticas que garantam sua presença e atuação eficaz. Conclui-se, portanto, que o psicopedagogo é um agente transformador no contexto educacional, contribuindo para a redução do fracasso escolar e para a construção de um sistema de ensino mais equitativo e inclusivo. Seu trabalho não apenas beneficia os estudantes que enfrentam dificuldades, mas fortalece toda a comunidade escolar, promovendo uma educação que valoriza a singularidade e o potencial de cada indivíduo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABPp, Associação Brasileira de Psicopedagogia. **Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil.** 2019b. Disponível em:<[https://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_diretrizes\\_formacao.html](https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html)>. Acesso em: 16 nov 2024.
- ANJOS, E. K. O; DIAS, J. R. A. **Psicopedagogia: sua história, origem e campo de atuação.** Revista Revela, v 8, nº 18, p.1-12, 2015.
- BOSSA, N A. **A Psicopedagogia no Brasil:** contribuições a partir da prática. RS, Artmed. 2007.
- BOSSA, N A. **A Psicopedagogia no Brasil:** contribuições a partir da prática. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.
- BRUM, F. T; PAVÃO, S. M. de. O. **Espaços psicopedagógicos na escola:** legitimados ou urgentes? Rev. Psicopedagogia, v. 31, n. 95, p. 109-118, 2014. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v3in95/04.pdf>>. Acesso em 17 nov 2024.
- CAVALCANTI, R. C. **Colaboração entre pais e escola:** educação abrangente [Versão Eletrônica], *Psicol. Esc. Educ.* 2(2), p. 153-159, 1998.
- FREUD, S. (1996). **O interesse científico da psicanálise.** (Ó. C. Muniz, Trad.). In J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIII, pp. 169-192). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913).
- GATTI, Bernadete A. **Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo.** Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, n. 113. P.65-81, 2011.
- JARDINI, R. S. R. **Método das boquinhas: alfabetização e reabilitação dos distúrbios da leitura e escrita.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5ª edição. Revista e ampliada. Goiânia. Alternativa, 2004.

NASCIMENTO, K. A. O. **O trabalho do psicopedagogo institucional: experiência em uma escola de Teresina/PI**. In: V FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 5., 2013. Santa Maria. Anais... Santa Maria: UFSM, 2013, p.1-11.

MASSARI, Lidianery. **Como o Professor pode fazer a diferença diante de uma dificuldade de aprendizagem?** 2018. Disponível em:<<https://canaldoensino.com.br/blog/como-o-professor-pode-fazer-a-diferenca-diante-de-uma-dificuldade-de-aprendizagem>>. Acesso em: 15 nov 2024.

MENDES, M. **Portfólio: instrumento de metacognição para os Professores em seu processo reflexivo na atividade docente**. Rev. Psicopedagogia, 2016. Disponível em:<<https://www.abpp.com.br/revistas/revista-psicopedagogia-100.pdf>>. Acesso em: 16 nov 2024.

MORAIS, António Manuel Pamplona. **Distúrbios da Aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. 12. Ed. São Paulo: EDICON, 2006.

PIAGET, Jean. **Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965, cap. 5-6.

SAMPAIO, S. **Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wake Ed, 2010.

SANTOS, Rogério Augusto. **O Psicopedagogo na instituição escolar: Intervenções psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem**. Disponível em:<<http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 17 nov 2024.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 9 ed. São Paulo: Ática, 1992.

SOLÉ, I. **Orientação Educacional e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

VYGOTSKY, L. V. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

# CAPÍTULO 4- OS DESAFIOS DO AUTISMO E SUA INCLUSÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

**Ivanildo Batista Vieira**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sonia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** Este estudo visa compreender os desafios e as possibilidades de inclusão de alunos autistas no ambiente escolar. O objetivo é analisar como as práticas pedagógicas e o apoio institucional podem facilitar a integração desses alunos, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa. Utilizando uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, o trabalho explora as práticas de ensino adaptadas e o papel dos educadores e da escola na criação de um ambiente que favoreça o desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes com autismo. Os resultados destacam que, apesar das dificuldades enfrentadas por professores e instituições, é possível, com adaptações específicas e formação continuada, desenvolver métodos eficazes de inclusão. Conclui-se que a conscientização e o suporte multidisciplinar são fundamentais para promover uma aprendizagem significativa, bem como para superar barreiras que ainda dificultam a inclusão plena desses alunos. Este estudo evidencia a necessidade de políticas educacionais que priorizem a inclusão e contribuam para uma sociedade mais justa e acolhedora.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas.

**ABSTRACT:** This study addresses the topic "Autism and Inclusion in Schools," aiming to understand the challenges and opportunities for including autistic students in the school environment. The objective is to analyze how pedagogical practices and institutional support can facilitate the integration of these students, promoting an inclusive and respectful education. Using a qualitative approach and literature review, the research explores adapted teaching practices and the role of educators and schools in creating an environment that fosters the social and cognitive development of students with autism. The results highlight that, despite the difficulties faced by teachers and institutions, it is possible, through specific adaptations and ongoing training, to develop effective inclusion methods. It is concluded that awareness and multidisciplinary support are essential to promote meaningful learning and to overcome barriers that still hinder the full inclusion of these students. This study emphasizes the need for educational policies that prioritize inclusion and contribute to a fairer and more welcoming society.

**Keywords:** Autism. School Inclusion. Pedagogical Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos autistas no ambiente escolar é um desafio significativo para a educação inclusiva, pois exige adaptações pedagógicas e institucionais para assegurar um ambiente de aprendizado que favoreça o desenvolvimento social e cognitivo desses estudantes. Este estudo examina as barreiras e as oportunidades presentes na integração de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, com ênfase na formação dos educadores e no apoio multidisciplinar como fatores essenciais para esse processo.

A pesquisa se concentra na análise de estratégias pedagógicas e institucionais que

promovam um ambiente inclusivo e sensível às necessidades individuais dos alunos autistas. O problema central investigado é a dificuldade do sistema educacional brasileiro em ajustar suas metodologias e práticas para atender às especificidades de alunos com autismo, demandando, para isso, abordagens educacionais diferenciadas e suporte especializado.

Para enfrentar essas barreiras, propõe-se o fortalecimento de políticas públicas que contemplem a formação continuada de professores e a implementação de adaptações curriculares e metodológicas que visem uma inclusão de qualidade. Estudos recentes ressaltam a importância da capacitação docente e da conscientização de toda a comunidade escolar para a efetivação de uma inclusão plena e humanizada de estudantes com TEA.

O objetivo principal deste artigo é explorar as práticas e políticas educacionais direcionadas à inclusão de alunos autistas no contexto escolar brasileiro, identificando os principais desafios e sugerindo estratégias que possam tornar essa inclusão mais eficiente e acolhedora. Este estudo justifica-se pela importância de uma educação que valorize a diversidade, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Além disso, a análise dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação no atendimento de alunos com TEA contribui para o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais alinhadas com as necessidades desses estudantes e com o avanço da inclusão escolar.

A metodologia utilizada neste estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e baseada em uma revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica permite identificar e analisar diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre a inclusão de alunos autistas no ambiente escolar, reunindo informações a partir de artigos científicos, livros e outros documentos relevantes para o tema. A abordagem qualitativa busca compreender em profundidade os desafios e as potencialidades da inclusão escolar de alunos com TEA, enfatizando aspectos subjetivos e contextuais. Por meio dessa metodologia, o estudo visa construir uma compreensão abrangente das práticas e políticas educacionais, possibilitando a identificação de estratégias que promovam uma inclusão mais eficaz e equitativa.

## **2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental que influencia a forma como o indivíduo percebe o mundo e interage socialmente. Apresentando uma variedade de sintomas e níveis de funcionamento, o TEA se manifesta de maneiras diversas entre os indivíduos, o que torna sua compreensão complexa tanto para especialistas quanto para a sociedade

(FERREIRA et al., 2003).

Geralmente identificado em crianças antes dos três anos, o TEA inclui sinais como dificuldades na comunicação verbal e não verbal, interação social e resistência a mudanças de rotina. A gravidade dos sintomas varia amplamente, com alguns indivíduos apresentando habilidades sociais limitadas, enquanto outros possuem talentos excepcionais em áreas específicas, como música ou matemática, caracterizando a diversidade do espectro e a necessidade de abordagens de apoio personalizadas (FERREIRA et al., 2003).

Segundo Mello (2007), uma característica fundamental do TEA é a dificuldade em reconhecer e expressar emoções. Indivíduos com autismo frequentemente enfrentam desafios para interpretar expressões faciais e nuances da comunicação social, o que pode resultar em comportamentos considerados inadequados, contribuindo para a exclusão social e estigmatização. A promoção de empatia e respeito nas interações sociais é, portanto, essencial para favorecer a inclusão de pessoas com TEA em diferentes contextos.

As causas do TEA ainda não são totalmente conhecidas, embora estudos apontem para uma combinação de fatores genéticos e ambientais. Evidências sugerem que indivíduos com histórico familiar de TEA possuem maior probabilidade de diagnóstico. Além disso, fatores de risco, como infecções maternas e exposição a produtos químicos durante a gravidez, também estão sob investigação (MELLO, 2007).

O diagnóstico do TEA é feito por profissionais de saúde por meio de avaliações clínicas, que incluem observação e entrevistas com familiares. Ferramentas de triagem, como a "Escala de Avaliação de Autismo de Gilliam" e o "Autism Diagnostic Observation Schedule" (ADOS), auxiliam na identificação de características do autismo e na definição de intervenções adequadas (GOMEZ, 2009).

A intervenção precoce é um componente essencial para melhorar os resultados a longo prazo em crianças com TEA. Terapias comportamentais, fonoaudiologia e suporte psicológico são estratégias importantes para desenvolver habilidades sociais e de comunicação, facilitando a integração no ambiente escolar e na comunidade. A educação inclusiva desempenha papel crucial nesse processo, proporcionando um ambiente adaptado e acolhedor que permite aos alunos com TEA interagir com colegas e desenvolver-se em um espaço de aprendizado diversificado (JORDAN, 2005).

O apoio familiar é igualmente relevante, pois pais e cuidadores desempenham um papel central na aplicação de estratégias educacionais no ambiente doméstico. Grupos de apoio para familiares de indivíduos com TEA também são importantes, pois oferecem uma rede de suporte,

compartilhamento de experiências e acesso a recursos, beneficiando tanto as pessoas com autismo quanto seus familiares (GOMEZ, 2009).

A compreensão do TEA e de suas manifestações variadas convida à reflexão sobre a diversidade humana e a importância da aceitação e inclusão. Com o avanço na compreensão do autismo, torna-se imperativo que a sociedade promova ambientes que respeitem e valorizem as particularidades de cada indivíduo, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e justa, onde todos tenham oportunidades de aprendizado, desenvolvimento e interação social (GOMEZ, 2009).

O autismo é estudado desde a década de 1940, sendo reconhecido como uma síndrome comportamental caracterizada por dificuldades significativas em três áreas principais: linguagem, socialização e comportamento. Esse transtorno neurobiológico, que afeta o desenvolvimento global da pessoa, geralmente se manifesta nos primeiros anos de vida e apresenta uma prevalência cerca de quatro vezes maior em meninos (JORDAN, 2005).

Crianças com autismo frequentemente apresentam atraso no desenvolvimento da fala e dificuldades nas interações sociais, demonstrando resistência ao contato visual e forte apego a rotinas e objetos específicos. Embora o autismo seja uma condição permanente, essas crianças têm o direito de frequentar a escola. Apesar disso, devido a suas dificuldades de comunicação e, em alguns casos, deficiências cognitivas, elas enfrentam obstáculos significativos no ambiente escolar. Em décadas passadas, muitas foram impedidas de estudar em escolas regulares (JORDAN, 2005).

## 2.1 O AUTISMO E SUA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Ao longo dos anos, a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade tem sido trabalhada com o objetivo de adaptar os sistemas sociais para integrá-las, ao mesmo tempo em que se busca prepará-las para desempenharem papéis ativos. A inclusão é um tema amplamente discutido atualmente, com estudiosos se dedicando a superar paradigmas e preconceitos, rompendo barreiras em prol da igualdade de direitos e oportunidades. Isso destaca a importância da inclusão no processo de socialização e formação dos indivíduos (JORDAN, 2005).

Embora avanços na inclusão sejam evidentes, esse processo ainda enfrenta obstáculos que tornam sua plena implementação lenta e desafiadora. Ainda assim, existem incentivos significativos, especialmente por parte de pais que desejam garantir que seus filhos recebam um atendimento adequado, sem que sejam vistos como incapazes de socializar. Um dos principais desafios da inclusão escolar é lidar com alunos que possuem necessidades especiais em sala de aula.

A proposta de inclusão escolar busca inserir esses alunos em escolas regulares, permitindo-lhes acesso ao sistema educacional em classes comuns ou adaptadas (MELLO, 2007).

No entanto, a inclusão escolar plena difere do conceito de integração escolar. A inclusão pressupõe que todos os alunos frequentem a mesma sala de aula, sem que haja um currículo diferenciado para os estudantes com deficiência, enquanto a integração se baseia em currículos específicos e adaptações para o atendimento especializado. Assim, a inclusão e a integração, apesar de relacionadas, são conceitos distintos, sendo que a inclusão demanda uma inserção mais ampla e completa (MELLO, 2007).

Entre os desafios observados em crianças com autismo, destacam-se as dificuldades de comunicação, que podem incluir a ausência de linguagem verbal ou o uso de uma fala repetitiva, sem função comunicativa. Algumas crianças autistas podem demonstrar comportamentos afetivos, mas frequentemente isso ocorre de forma repetitiva e sem uma troca significativa. A interação social limitada e a capacidade reduzida de imitação são fatores cruciais para o aprendizado e a sociabilização do indivíduo autista (MELLO, 2007).

A criatividade limitada em crianças com autismo pode ser percebida em brincadeiras mecânicas e na exploração peculiar de objetos. Em alguns casos, crianças autistas demonstram interesse obsessivo por temas específicos, como calendários ou dinossauros, o que pode ser erroneamente interpretado como uma manifestação de inteligência superior para a faixa etária (MELLO, 2007).

A Declaração de Salamanca (1994), apresentada durante a Conferência Mundial de Educação, assegura que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e possam participar da sala de aula, independentemente de suas diferenças, aprendendo juntos em um ambiente comum. Para garantir essa inclusão, é fundamental que as escolas ajustem seus métodos de ensino para acolher alunos com e sem necessidades especiais, promovendo uma abordagem inclusiva, conforme Ferreira e Guimarães apontam.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da igualdade, garantindo direitos iguais a todos os cidadãos perante a lei, buscando eliminar desigualdades e assegurar um tratamento justo e equitativo sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outras discriminações (BRASIL, 1988). A Lei 12.796, de 2013, reforça esse compromisso ao definir a educação especial como uma modalidade preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, com apoio especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 2013).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), todas as

peças com necessidades especiais têm direito à matrícula em escolas regulares, sem discriminação, visando sua integração em equipes de ensino regulares e especiais. Essas instituições devem promover ações integradoras nas áreas de educação, saúde, ação social e trabalho, com vistas à inclusão plena. O movimento pela inclusão envolve dimensões culturais, pedagógicas, sociais e políticas, garantindo o direito ao aprendizado, participação e convivência sem exclusão (BRASIL, 1996).

A educação inclusiva constitui parte de um paradigma educacional inovador, fundamentado nos direitos humanos e no princípio da igualdade, visando uma justiça social que combate a exclusão tanto no ambiente escolar quanto fora dele. A inclusão oferece aos alunos estratégias pedagógicas individualizadas, facilitando o acesso a conhecimentos culturais e sociais e promovendo a aceitação das diferenças.

Essa abordagem proporciona um relacionamento mais harmônico com o ambiente inclusivo da sociedade, contribuindo para uma evolução mútua e enriquecendo o processo de inclusão escolar. Apesar disso, ainda há uma visão equivocada que considera indivíduos com necessidades especiais como doentes ou incapazes, ignorando suas particularidades de aprendizado e frequentemente os submetendo a desvantagens (MELLO, 2007).

Com estímulos adequados, uma criança autista tem maior probabilidade de levar uma vida normal, respeitando seus limites, e a inclusão se torna mais acessível para os profissionais. Com adaptações desde cedo, por meio de programas educacionais específicos, essas crianças podem se desenvolver social e cognitivamente, auxiliadas pelos pais ou cuidadores, que atuam como seus primeiros professores (GOMEZ, 2009).

A escolarização, portanto, exerce um papel fundamental na vida de uma pessoa com autismo, sendo não apenas uma fonte de aprendizado, mas também um espaço de socialização e desenvolvimento positivo, tanto em classes regulares quanto em ambientes adaptados. A inclusão é uma necessidade essencial, e nesta seção são discutidas as conclusões da pesquisa, aplicabilidade para a comunidade científica e a necessidade de mais estudos e análises (MELLO, 2007).

Segundo Vygotsky (1994), o desenvolvimento infantil ocorre primeiramente em um nível social, e depois em um nível individual. Assim, a inserção em um contexto social permite que a criança autista se socialize e se adapte ao ambiente. O convívio escolar oferece inúmeras oportunidades para que o autista interaja com a realidade compartilhada. Para que essa aprendizagem seja efetiva, o professor deve estar disposto a rever suas concepções e reconhecer que a inclusão beneficia tanto o aluno autista quanto os demais.

O primeiro passo é adaptar a criança ao grupo, evitando que seja vista como incapaz ou isolada. É importante que a turma compreenda que há um colega com necessidades específicas e que todos devem contribuir para um ambiente harmonioso. Com esse processo, as crianças aprendem a conviver e a compreender as peculiaridades umas das outras, inclusive no caso de sensibilidades como dificuldade com ambientes fechados ou reações a situações de desconforto (GOMEZ, 2009).

Para que as escolas promovam a inclusão de autistas, é essencial que os profissionais estejam capacitados para entender suas características e aplicar abordagens adequadas. A formação especializada de educadores, especialmente aqueles da educação infantil, deve ser uma prioridade desde o início da vida escolar (GOMEZ, 2009).

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar vai além de garantir o acesso físico às salas de aula; envolve uma mudança significativa na forma como a sociedade, educadores e colegas interagem com esses alunos. A empatia e o respeito são fundamentais para a construção de um ambiente educativo inclusivo, onde todos possam aprender e crescer juntos.

A empatia, definida como a capacidade de compreender e compartilhar os sentimentos dos outros, desempenha um papel crucial na inclusão de alunos com TEA. Pesquisas indicam que quando os colegas de classe têm uma compreensão adequada do TEA, a aceitação social aumenta e os alunos autistas se sentem mais confortáveis e integrados (MACKAY, 2018). Promover atividades que incentivem a interação social, a troca de experiências e a compreensão das diferenças é vital para cultivar a empatia entre os alunos.

Além disso, o respeito é uma condição essencial para garantir que os alunos autistas sejam tratados com dignidade e valor. Segundo Stainback e Stainback (1996), a inclusão deve ser fundamentada na valorização das diversidades, reconhecendo que cada aluno traz consigo um conjunto único de habilidades, interesses e perspectivas. Quando educadores e colegas praticam o respeito, ajudam a desmistificar os mitos que cercam o TEA, promovendo um ambiente mais acolhedor e seguro.

Compreender as características do TEA é um passo fundamental para cultivar a empatia. Os alunos autistas podem apresentar dificuldades em áreas como comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Essas características podem levar a mal-entendidos e preconceitos, que podem ser superados por meio da educação. Os professores têm um papel essencial ao fornecer informações e orientações sobre o TEA, ajudando a construir uma compreensão compartilhada entre os alunos. Isso envolve também o desenvolvimento de programas que incentivem a interação entre alunos autistas e seus colegas, promovendo a inclusão e o respeito mútuo (MANTOAN, 2006).

É importante considerar que a empatia e o respeito devem ser ensinados desde a infância. A educação emocional, que inclui atividades que desenvolvem a compreensão dos sentimentos, a escuta ativa e a resolução de conflitos, é fundamental para criar um ambiente escolar positivo. Quando as crianças aprendem a se colocar no lugar do outro, tornam-se mais abertas e receptivas às diferenças, beneficiando todos os alunos, não apenas aqueles com TEA (GOLEMAN, 1995).

Além disso, é relevante que a empatia se estenda além da sala de aula. Os pais e a comunidade desempenham um papel crucial na promoção de uma cultura de respeito e aceitação. Envolver as famílias em discussões sobre inclusão e TEA, realizar eventos comunitários e promover campanhas de conscientização são formas eficazes de criar um ambiente social que valoriza a diversidade e a empatia (MACKAY, 2018).

Por fim, a prática de empatia e respeito em relação aos alunos com TEA não apenas os beneficia, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo. Estudantes que aprendem a aceitar e respeitar as diferenças estão mais preparados para se tornarem cidadãos conscientes e empáticos, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva (MACKAY, 2018).

### 2.3 OS DESAFIOS DO AUTISMO E SUA INCLUSÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras é um tema que tem ganhado crescente atenção nos últimos anos. No entanto, os desafios enfrentados por educadores, alunos e familiares ainda são significativos. A inclusão escolar não se limita apenas à presença física desses alunos nas salas de aula, mas envolve uma transformação nas práticas pedagógicas e nas relações interpessoais no ambiente escolar.

Um dos principais desafios reside na formação dos professores. Muitos educadores não estão adequadamente preparados para lidar com as particularidades dos alunos autistas, o que pode resultar em práticas educativas que não atendem às suas necessidades. Weizenmann, Szarecki e Zanon (2020) destacam que, para promover uma inclusão efetiva, é necessário que os docentes compreendam os sentimentos e práticas que envolvem a educação de alunos com TEA. A falta de formação específica pode levar a preconceitos e a uma abordagem inadequada, dificultando a socialização e o aprendizado dos alunos.

Outro desafio significativo é a resistência de algumas comunidades escolares em adotar uma abordagem inclusiva. Muitas vezes, os preconceitos sociais e as visões distorcidas sobre o autismo impedem uma convivência harmoniosa entre alunos com e sem TEA. Isso resulta em ambientes escolares que não favorecem a aceitação e a inclusão, perpetuando a marginalização desses

estudantes. Segundo Weizenmann, Szareski e Zanon (2020), é fundamental que as escolas desenvolvam práticas que promovam a empatia e a compreensão, criando um espaço seguro para todos os alunos.

Além disso, a falta de recursos adequados nas escolas também representa um obstáculo para a inclusão. A insuficiência de materiais didáticos adaptados e a escassez de profissionais especializados em educação especial limitam as possibilidades de atendimento adequado. Para que a inclusão escolar seja plena, é essencial que as instituições de ensino ofereçam suporte especializado e recursos que atendam às necessidades dos alunos com TEA. A colaboração entre educadores, familiares e especialistas é crucial para a criação de estratégias que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento social.

Outro aspecto a ser considerado é o papel da família na inclusão escolar. A participação dos pais na vida escolar é fundamental para que os alunos autistas se sintam acolhidos e apoiados. Os pais podem contribuir com informações valiosas sobre as necessidades de seus filhos, além de serem importantes aliados no processo de conscientização e formação de professores e colegas. Weizenmann, Szareski e Zanon (2020) ressaltam que a colaboração entre a escola e a família é essencial para que as práticas inclusivas sejam implementadas de forma eficaz.

Por fim, os desafios da inclusão do autismo nas escolas brasileiras exigem uma abordagem integrada e colaborativa. A formação contínua dos educadores, a conscientização da comunidade escolar, o investimento em recursos adequados e a parceria com as famílias são elementos fundamentais para construir um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. A superação desses desafios não apenas beneficia os alunos com TEA, mas também enriquece o ambiente escolar como um todo, promovendo uma cultura de respeito e aceitação.

## **CONCLUSÃO**

Este estudo teve como objetivo analisar as práticas e políticas educacionais direcionadas à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema escolar brasileiro, buscando identificar os principais desafios, limitações e oportunidades no desenvolvimento de um ambiente educacional mais inclusivo. Com base nos resultados observados, conclui-se que a inclusão de alunos autistas exige mais do que a inserção física desses estudantes em salas regulares; requer adaptações institucionais, pedagógicas e culturais que promovam o aprendizado e o desenvolvimento social desses indivíduos em um contexto de acolhimento e respeito.

As hipóteses iniciais, que apontavam para a falta de capacitação dos educadores e a escassez

de recursos estruturais e pedagógicos como as principais causas para as dificuldades na inclusão, foram confirmadas ao longo da análise. Observou-se que os educadores frequentemente carecem de formação específica e contínua para trabalhar com alunos com TEA, comprometendo a eficácia das práticas inclusivas. Além disso, a falta de recursos materiais e a ausência de suporte multidisciplinar limitam a adaptação das atividades pedagógicas, dificultando o desenvolvimento pleno desses alunos.

Entre os resultados, destaca-se a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas à formação continuada dos profissionais da educação, abordando metodologias pedagógicas especializadas e práticas de sensibilização para toda a comunidade escolar. Isso envolve uma mudança de paradigma que assegure não apenas a integração, mas a inclusão genuína dos alunos autistas, promovendo uma cultura de respeito e empatia no ambiente escolar.

Em resposta aos objetivos estabelecidos, a pesquisa sugere que a inclusão de alunos com TEA depende de uma abordagem integrada, onde a formação docente, o apoio institucional e o engajamento familiar são elementos fundamentais. Os desafios enfrentados revelam a urgência de um sistema educacional mais inclusivo, capaz de atender às necessidades de todos os alunos. Assim, este estudo contribui para a compreensão das barreiras à inclusão e aponta possíveis soluções que podem subsidiar a criação de políticas e práticas mais eficazes.

## **REFERÊNCIAS**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5**. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 19 set. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. UNESCO, 1994.

FERREIRA, Marcia Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMEZ, S.; TORRES, R. S.; ARES, E. **Revisiones sobre el Autismo**. In: Revista Latinoamericana de Psicología, v. 41, n. 3, 2009.

JORDAN, R. Managing Autism and Asperger's syndrome in current educational provision. In: **Pediatric Rehabilitation**, n. 8, 2005.

MACKAY, T. *Empathy in the Classroom: a Guide for Educators*. New York: **Routledge**, 2018.

MANDRELL, T.; DOWNS, S. **Understanding Autism Spectrum Disorder: A Guide for Families and Educators**. New York: Routledge, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MELLO, Ana Maria S. Rios. **Autismo: guia prático**. 7ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para professores**. São Paulo: Editora Moderna, 1996. FERREIRA, J. F.; GUIMARÃES, R. M. **Inclusão escolar: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WING, L. *The Autistic Spectrum: A Guide for Parents and Professionals*. New York: Routledge, 2011. GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.



## CAPÍTULO 5- A IMPORTANCIA DA PSICOPEDAGOGIA NO AMBIENTE HOSPITALAR

**Joseira Lucio Diniz**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sônia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** A psicopedagogia hospitalar é uma área que faz parte dos campos da educação e da saúde, voltada ao atendimento de crianças e adolescentes hospitalizados. Sua relevância reside em oferecer suporte ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social durante períodos de internação, que podem interromper o processo de aprendizagem e gerar impactos psicológicos. O psicopedagogo hospitalar atua como mediador, buscando minimizar os efeitos negativos da hospitalização, promovendo o engajamento com atividades educativas e fortalecendo a autoestima dos pacientes. Além disso, o trabalho interdisciplinar entre psicopedagogos, médicos, enfermeiros e familiares é essencial para garantir um atendimento integral, adequado às necessidades individuais. Essa prática contribui não apenas para a continuidade do aprendizado escolar, mas também para o enfrentamento das adversidades emocionais e físicas do tratamento. Assim, a psicopedagogia hospitalar desempenha um papel fundamental no bem-estar e na formação integral de crianças e jovens em contextos desafiadores.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia hospitalar, Psicopedagogo, Educação, Saúde.

**SUMMARY:** Hospital psychopedagogy is an area that is part of the fields of education and health, focused on caring for hospitalized children and adolescents. Its relevance lies in offering support to cognitive, emotional and social development during periods of hospitalization, which can interrupt the learning process and generate psychological impacts. The hospital psychopedagogue acts as a mediator, seeking to minimize the negative effects of hospitalization, promoting engagement with educational activities and strengthening patients' self-esteem. Furthermore, interdisciplinary work between psychopedagogues, doctors, nurses and family members is essential to guarantee comprehensive care, adapted to individual needs. This practice contributes not only to the continuity of school learning, but also to coping with the emotional and physical adversities of treatment. Thus, hospital psychopedagogy plays a fundamental role in the well-being and comprehensive training of children and young people in challenging contexts.

**Keywords:** Hospital psychology, Psychopedagogue, Education, Health.

### INTRODUÇÃO

A referida pesquisa embasa-se no estudo da importância da psicopedagogia no âmbito hospitalar, assim sendo um importante trabalho desenvolvido, possibilitando a inserção da discussão de uma temática para que a classe estudantil repense em novas metodologias para o desenvolvimento de novas formas de ensino aprendizagem.

Seguindo essa linha de raciocínio, desenvolvemos nossa pesquisa, buscando aprimorar mais conhecimento acerca do tema: A psicopedagogia e o ambiente hospitalar. A psicopedagogia no ambiente hospitalar é fundamental, pois visa auxiliar criança e adolescentes que, devido a condições de saúde, precisam passar por longos períodos de internação ou tratamentos contínuos. Esse contexto afeta profundamente o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos pacientes, e a atuação do psicopedagogo é essencial para amenizar esses impactos e promover o aprendizado,

mesmo diante de adversidades.

E, para desenvolver uma metodologia mais abrangente e interativa no ambiente hospitalar pode-se utilizar da psicopedagogia. O psicopedagogo atua como um mediador entre o mundo hospitalar e o desenvolvimento pedagógico, promovendo uma continuidade educacional e auxiliando na formação integral do paciente, mesmo em um cenário tão adverso.

A hospitalização prolongada de crianças e adolescentes pode prejudicar o desenvolvimento escolar, social e emocional, gerando dificuldades que vão além das questões físicas de saúde. Nesse contexto, a psicopedagogia hospitalar se torna uma área essencial para auxiliar o paciente na adaptação à rotina hospitalar e na manutenção do seu processo de aprendizado. A prática psicopedagógica no ambiente hospitalar visa minimizar os prejuízos que a internação causa, promovendo uma intervenção que vai além do tratamento médico e envolvendo o aspecto pedagógico do desenvolvimento infantil.

A psicopedagogia hospitalar é a área que aplica práticas psicopedagógicas dentro de ambientes clínicos e hospitalares. Seu principal objetivo é proporcionar continuidade no processo educacional, adaptando métodos e conteúdos para atender às necessidades dos pacientes hospitalizados. Em um contexto em que a hospitalização representa uma ruptura com a vida escolar e social, o psicopedagogo

atua como um facilitador do aprendizado, ajudando o paciente a desenvolver habilidades cognitivas e emocionais que possam ser impactadas pela sua condição.

Pesquisas diversas apontam a inclusão de atividades psicopedagógicas no ambiente hospitalar como facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem, visto que as atividades lúdicas fazem parte do crescimento social e cognitivo.

A presente pesquisa foi desenvolvida a princípio pela pesquisa bibliográfica, de forma que possa existir um embasamento teórico, priorizando identificar o que dizem os autores sobre a importância da psicopedagogia no ambiente hospitalar.

Para atingir estes objetivos, faz-se necessário, primeiramente, repensar os conceitos da psicopedagogia e o ambiente hospitalar juntamente aos delimitadores que, indiretamente, conduzem à identificação dos principais modelos de atendimento psicopedagógico no âmbito hospitalar para uma melhor condição do ensino aprendizagem.

De acordo com a atual conjuntura, fundamentada em novas práticas profissionais, foi percebido a necessidade da inserção da psicopedagogia no espaço do hospital, redirecionando as ações prestadas com foco na realidade sociocultural e na família em que o indivíduo está inserido, promovendo a atenção integral ao usuário e a prevenção das situações de não aprendizagem e o

fracasso escolar.

Nesse cenário de mudanças, vamos destacar as formas pelas quais o uso da psicopedagogia no ambiente hospitalar pode favorecer um novo modelo de ensino aprendizagem.

Partindo deste problema, o objetivo geral deste trabalho foi: analisar a importância da psicopedagogia no ambiente hospitalar, pois através deste recurso o usuário pode ampliar seus conhecimentos e o raciocínio lógico de forma dinâmica, atrativa e criativa.

“Crianças e adolescentes hospitalizados sofrem com privações impostas pela patologia, assim como pelo afastamento do seu meio de convivência familiar, social e escolar, conforme já citado” (BRANDALEZI, 2017, p. 185). Brandalezi (2017) destaca que o reconhecimento da existência de outras necessidades, na vida do paciente pediátrico hospitalizado, “que não sejam apenas clínicas significa, adotar outros meios de intervenção para também contribuir de forma significativa para o bem-estar e a qualidade de vida desse paciente” (BRANDALEZI, 2017, p. 185).

Com base nisso, torna-se relevante assimilar o uso de atividades lúdicas, como a psicopedagogia proporciona para uma melhor ressignificação de conteúdos.

Atualmente, grandes mudanças atingem vários aspectos e atividades no mundo da pedagogia e da psicopedagogia. As instituições descobrem a importância da atuação desses profissionais para atender as novas exigências no âmbito hospitalar, fazendo com que eles sejam vistos como parceiro necessário para uma efetiva evolução do paciente que se encontra hospitalizado.

Sabemos que a educação não ocorre apenas na escola convencional, pois o processo educativo é amplo, por isso pode acontecer em diferentes locais. Assim, no hospital, podem ser desenvolvidas práticas pedagógicas que proporcionam o desenvolvimento desses usuários em diferentes aspectos.

É muito importante lembrar que o psicopedagogo hospitalar não é psicólogo, ou seja, não tem habilitação para assumir essa função. Tampouco, não é enfermeiro, isto é, não pode e não deve assumir os procedimentos hospitalares. Muito menos médico, pois não deve discutir os diagnósticos e nem pode ter acesso aos prontuários. Logo, fica cada vez mais nítido a importância da presença de multiprofissionais e dentre eles o psicopedagogo no ambiente hospitalar. Então, o atendimento psicopedagógico no hospital pode ser feito em instalação própria para essa finalidade (classe hospitalar), na enfermaria, no leito ou no quarto de isolamento.

A luta pela inserção da psicopedagogia no ambiente hospitalar visa uma melhor forma na utilização de metodologias que possibilitem um melhor processo de ensino aprendizagem. Para que o processo de aprendizagem torne-se satisfatório, é necessário que o psicopedagogo desperte

para as novas metodologias que venham proporcionar aos seus usuários interesse pela ação desenvolvida.

Neste cenário, a inserção da psicopedagogia no ambiente hospitalar, utilizando-se da ludicidade cumpre papel destacado: favorece a consciência do adquirento ao conteúdo e instrumentaliza para a intervenção individual e coletiva sobre os determinantes do processo ensino aprendizagem. Assim, o atendimento psicopedagógico hospitalar busca fortalecer o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais.

## **1 A PSICOPEDAGOGIA HOSPITALAR**

Abordar a relevância da psicopedagogia hospitalar e como a atuação do psicopedagogo é fundamental para apoiar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes em tratamento hospitalar. Discute-se a importância de práticas pedagógicas adaptadas para reduzir o impacto da hospitalização prolongada, proporcionando continuidade educacional e suporte emocional para os pacientes e suas famílias.

A Psicopedagogia chega ao Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, permeada pelos conhecimentos argentinos e pela força do regime militarista vigente no Brasil daquela época. Foi só na década de 1990, junto com um momento de transformação no modo de atuação da docência brasileira que a Psicopedagogia começou a ocupar posições menos discretas (Bossa, 2000).

A psicopedagogia pode proporcionar uma aprendizagem significativa em ambientes diferentes do escolar, e exige a atuação de um profissional que realize um trabalho favorável ao desenvolvimento psíquico e cognitivo.

Numa visão contemporânea e concordando com Favoretto (2023, p. 6189),

a Psicopedagogia, no contexto brasileiro, ocupa dentro do cenário educacional, posições cada vez mais robustas e abrangendo diversos segmentos da educação, a exemplo, ambientes hospitalares e organizações não governamentais, estendendo-se aos mais variados públicos (não somente crianças), em causa das mais variadas demandas de aprendizagem, ainda que se concentre, de maneira mais intensa, em espaços escolares.

A psicopedagogia no ambiente hospitalar é um instrumento vital para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes internados, que frequentemente enfrentam barreiras emocionais e cognitivas durante o tratamento. A presença do psicopedagogo no hospital garante que o paciente tenha acesso a atividades educacionais e de desenvolvimento emocional, promovendo uma melhor adaptação ao tratamento e um impacto positivo no bem-estar e na qualidade de vida. Assim, a psicopedagogia hospitalar não apenas auxilia no aprendizado.

A Psicopedagogia Hospitalar, com o intuito de dar provimento às questões da aprendizagem, seja em caráter institucional quando atende o grupo de profissionais que estão envolvidos no trabalho hospitalar ou em subgrupo, com seria o caso dos professores das classes hospitalares e/ou em caráter clínico preventivo ou interventivo, quando dá suporte às crianças que estão hospitalizadas, mas que necessitam dar início ou continuidade às atividades escolares, destacado aqui o processo de aquisição da leitura e escrita (Favoretto, 2023).

Numa intenção de melhor dimensionar a ideia de Psicopedagogia, pode-se partir do pressuposto de Blaszkó e Portilho (2021, p. 31) quando pontua que [...] a Psicopedagogia busca obter um visão global do aprendiz e constituem-se em uma área de estudos direcionada para o processo do aprender humano”, ou ainda de Costa *et al* (2015, p. 183) quando “pode-se afirmar que a Psicopedagogia tem por objeto de estudo o processo de aprendizagem, identificando como processo de conhecimento, que se ancora de algum modo no indivíduo”.

Nesta mesma linha de pensamento, Pereira e Gonzales (2019, p. 6) faz uma exposição bastante ampla:

A psicopedagogia pode ser entendida como uma área interdisciplinar que propõe a integração de várias áreas das Ciências Humanas e que traz para o campo da pesquisa educacional a compreensão dos processos de ensino, de aprendizagem e das dificuldades encontradas por alguns indivíduos. Enquanto ciência, ela busca igualmente dar sentido ao processo de aprendizagem, entendendo como se dá e para isso utiliza diferentes métodos e estratégias para a avaliação e intervenção.

Em suma a Psicopedagogia é bastante ampla, uma vez que poderão ser inseridas em qualquer área que sejam contempladas as questões do aprender. Partindo deste pressuposto – de grande amplitude – este artigo delimita um recorte que abordará somente a Psicopedagogia Hospitalar, aqui descrita por Porto (2010, p. 20): “A Psicopedagogia Hospitalar apresenta uma das novas especializações da Psicopedagogia, que vem dar suporte e apoio de aprendizagens e reaprendizagens ao paciente interno, humanizando e contribuindo para a promoção da Saúde”.

E, neste momento vale lembrar que a relação entre as demandas da aprendizagem neste contexto são, também, muito amplas, onde é necessário utilizar-se de um novo recorte, no qual serão enfatizadas as intervenções ligadas às Classes Hospitalares, somente em ambientes hospitalares e não em casas de saúde ou na modalidade domiciliar, voltadas tão somente à população infantil, mais especificamente em relação à temática da alfabetização, deixando em segundo plano as questões da intervenção psicopedagógica que não estejam ligadas à educação sistematizada e/ou com adolescentes.

Após a busca na literatura selecionamos 09 artigos ambos debatendo acerca da temática da referida pesquisa, assim, eles sendo eleitos para a construção da revisão integrativa.

### Quadro 1: Apresentação dos estudos selecionados

AZEVEDO, Irlaine Favoretto, Cinthia da Rocha.	Psicopedagogia e alfabetização em contexto hospitalar: um estudo de revisão.	2024
MAFFEI, Letícia de Queiroz.	A psicopedagogia no contexto hospitalar: um panorama de pesquisas brasileiras da última década.	2021
AZEVEDO, Rosemeire Quilante; PALLADINO, Ruth Ramalho R.; FREIRE, Regina Maria A.C.	A atuação do psicopedagogo no contexto hospitalar.	2019
OLIVEIRA, Rosiane Suellen de.	A pedagogia x psicopedagogia no ambiente hospitalar.	2019
ABREU, Joana Inês Lagarinhas Coelho de.	Psicopedagogia em contexto hospitalar: Intervenção educativa com crianças e Jovens num serviço de saúde mental.	2018
MORELATO, Eliane D Ribeiro; SANTOS, Valério Xavier dos.	Psicopedagogia hospitalar: um novo horizonte de incentivo a cuidar da saúde.	2021
OLIVEIRA, Tyara Carvalho de.	A importância do psicopedagogo nas classes/escolas hospitalares.	2022
MARTINS, Eudislânia Paulino.	Contribuições da psicopedagogia para o atendimento pedagógico na classe hospitalar.	2019
SMERDEL, Karina Silva; MURGO, Camélia Santana.	Um olhar psicopedagógico sobre o processo ensino-aprendizagem no contexto hospitalar.	2018

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Diversos estudos têm mostrado que o uso da psicopedagogia no ambiente hospitalar está associado ao auxílio no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes internados

## 1.2 A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NO ÂMBITO HOSPITALAR

A Psicopedagogia, quando utilizada em ambientes hospitalares, pode trazer suas contribuições tanto em âmbito institucional como clínico. Para Maluf (2010, p. 7):

A Psicopedagogia Hospitalar consiste em avaliações e intervenções no contexto de saúde, levando em conta o processo de aprendizagem que engloba o desenvolvimento e o uso de uma série de competências, tanto físicas, como mentais e emocionais.

A Psicopedagogia no contexto hospitalar, assim como os profissionais da saúde, busca comprometer-se com questões ligadas à qualidade de vida. O profissional de Psicopedagogia está integrado enquanto parte de apoio na equipe multidisciplinar hospitalar. A equipe multidisciplinar tem sua formação centrada nas necessidades da pessoa, portanto, ela não é pré-organizada. A demanda do tipo de afecção é que fará com que os profissionais da saúde se integrem, com o

propósito de satisfazer às necessidades globais da pessoa, proporcionando seu bem-estar.

Brandalezi (2017, p. 180) destaca que a Psicopedagogia, “inserida nos contextos da educação e da saúde, analisa e intervém nos fatores que são positivos ou negativos aos processos de ensino e aprendizagem, ressaltando a importância do aprender-nos mais diferentes espaços e circunstâncias”. A pesquisadora ressalta a possibilidade de ampliar o olhar para a singularidade do pensar, reforçando que a Psicopedagogia.

Traz a possibilidade de investigar e conhecer verdadeiramente como o sujeito aprende, como e porque se produzem alterações da aprendizagem, como reconhecê-las e tratá-las, como preveni-las e como promover processos de aprendizagem que tenham sentido para o aprendiz (BRANDALEZI, 2017, p. 180).

Considerada pelos autores como modo de intervenção institucional e clínica, a Psicopedagogia hospitalar “consiste em avaliações e intervenções no contexto de saúde, levando em conta o processo de aprendizagem que engloba, o desenvolvimento e o uso de uma série de competências, tanto físicas, como mentais e emocionais” (Brás; Lopes; Agrello, 2020, p. 49).

Dessa maneira, acredita-se que a ação psicopedagógica hospitalar significa aprender a realidade do ser-mãe, associando aspectos biológicos aos sociais e culturais e às condições emocionais. No entanto, a ação psicopedagógica enquanto proposta social não pode ser tratada como simples transmissão de conhecimentos para outrem, e fora da realidade deste. Deve instrumentalizar indivíduos e comunidades a compreender sua realidade (BRÁS; LOPES; AGRELLO, 2020, p. 50).

Por sua vez a psicopedagogia vem contribuir com o atendimento pedagógico hospitalar, pois a proposta da psicopedagogia hospitalar é ser interlocutor, não só de crianças, mas, também de todos aqueles que passam por internações seja curta, médio e de longa duração, doenças crônicas e de pacientes terminais.

A pedagogia hospitalar junto à psicopedagogia hospitalar é um campo de conhecimento novo voltado para o atendimento de sujeitos que apresentam dificuldades em diversos campos da aprendizagem.

### 1.3 O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR

O trabalho psicopedagógico hospitalar pode ser considerado como um elo importante que favorece a interface entre a educação e a saúde ao possibilitar que a criança que enfrenta um período de hospitalização possa dar início ou continuidade ao seu processo de aquisição de leitura e escrita de forma sistematizada aproximando-a dos vínculos de aprendizagem e

ressignificando sua estadia no

hospital, o que poderá contribuir demasiadamente para o andamento acelerado com vistas à sua alta. É uma premissa da qual participa Maluf (2007, p. 15) ao afirmar que “a Psicopedagogia permite, ainda, e com grande sucesso, que este paciente se habilite como agente ativo do seu próprio processo de tratamento, recuperação e promoção da saúde”.

O que, neste mesmo estudo é validado pela mesma autora:

Segundo as pesquisas e avaliações dos projetos, o trabalho psicopedagógico contribui para maior adesão ao tratamento médico e medicações, redução significativa das taxas de recaída e readmissão dos 9 aos 18 meses comparando com o tratamento usual. Constatou-se, também, o aumento do conhecimento, melhoria do estado mental, maior satisfação com os serviços, maior nível global de funcionamento e da emoção expressa por familiares. (Maluf, 2007, p. 20)

O trabalho do psicopedagogo pode ser de caráter preventivo ou de intervenção, podendo haver um trabalho em conjunto com outros profissionais, como é o caso do suporte que este pode oferecer aos professores das Classes Hospitalares.

O psicopedagogo tem a sensibilidade de perceber a realidade de escutar, olhar e possibilitar um falar, que contribui para atuação desse educador. No contexto hospitalar, considerando o caráter preventivo, o psicopedagogo atua realizando uma investigação, avaliando os processos didáticos e metodológicos aplicados, analisa toda a dinâmica existente dos profissionais da instituição para propiciar a intervenção adequada e uma reestruturação do ambiente.

O psicopedagogo auxilia na acomodação à nova situação, oportunizando-os a se expressarem projetando todo o sentimento do momento. Também atua de maneira lúdica, ajudando a criança e o adolescente hospitalizado a explorar suas potencialidades e criando situações nas quais fiquem motivados, juntando-os e dando-lhes oportunidades de trocarem experiências, ajudarem-se mutuamente.

O psicopedagogo é responsável pelas estratégias para a abordagem do paciente e seus familiares, sobre o esclarecimento da afecção, orientação ao tratamento e produção de material educativo. Atua com o desenvolvimento integral e com a manutenção da aprendizagem. Isso dará a reinserção na vida escolar do paciente hospitalizado, após todo o tratamento.

O psicopedagogo hospitalar também oferece suporte às famílias e pode realizar intervenções realizadas junto à escola, auxiliando no currículo dos pacientes que retornam à escola após a alta médica. É importante oferecer aos professores um suporte para a elaboração de estratégias eficazes que garantam a inclusão efetiva destes alunos em todos os aspectos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários autores e pesquisadores defendem e exploram a relevância da psicopedagogia no âmbito hospitalar, discutindo como a atuação do psicopedagogo pode auxiliar no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes internados.

É nítido que o psicopedagogo tem um papel essencial em contextos hospitalares, promovendo a continuidade do aprendizado, respeitando as condições de saúde e as necessidades emocionais dos pacientes e fortalecendo a colaboração entre a saúde e a educação.

No Brasil, a psicopedagogia hospitalar ainda enfrenta desafios, como a falta de regulamentação e de reconhecimento formal da profissão em muitos estados e a necessidade de maior integração entre os profissionais da saúde e da educação. Entretanto, avanços vêm sendo feitos para incorporar psicopedagogos em hospitais e promover políticas que favoreçam a implementação de práticas pedagógicas adaptadas ao contexto hospitalar.

A psicopedagogia hospitalar é uma área fundamental que visa atender às necessidades educacionais e emocionais de crianças e adolescentes hospitalizados. Sua importância é multifacetada.

A psicopedagogia hospitalar atua integrando aspectos emocionais e cognitivos, com o propósito central de garantir que crianças e jovens hospitalizados possam dar continuidade à sua vida escolar, mesmo durante a internação. Seu objetivo é transformar o ambiente hospitalar em um espaço mais acolhedor e estimulante, por meio de atividades lúdicas, recreativas e pedagógicas. Essas ações perigosas para a recuperação da saúde dos pacientes e ajudar a superar o medo que muitas vezes é associado à experiência de estar em um hospital.

O psicopedagogo hospitalar é aquele profissional que, com conhecimento na área da aprendizagem e da saúde, atua em todo o processo de hospitalização, instrumentalizando o paciente a aprender sobre si mesmo, sobre como ajudar-se em sua cura, como e porque aceitar e fazer uso das medicações, bem como atua com o desenvolvimento integral desse paciente e com a manutenção de sua aprendizagem que possibilitará sua reinserção na vida escolar, após o seu processo de alta.

Tem um papel também de interlocutor nas relações interpessoais da escuta à criança e à sua família, bem como aos profissionais da equipe, através de uma atuação que favoreça o atendimento em uma visão integrada biopsicossocial em saúde.

Em suma, a psicopedagogia hospitalar nos traz inúmeras possibilidades de crescimento, visando sempre o bem estar do seu usuário, de forma a possibilitar uma continuidade educacional durante o tempo de internação hospitalar, um desenvolvimento emocional, a socialização e

interação, juntamente a adaptação ao ensino.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Joana Inês Lagarinhos Coelho de. **Psicopedagogia em contexto hospitalar: Intervenção educativa com crianças e Jovens num serviço de saúde mental**. Relatório de Estágio para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, 2018.
- AZEVEDO, Rosemeire Quilante; PALLADINO, Ruth Ramalho R.; FREIRE, Regina Maria A.C. **A atuação do psicopedagogo no contexto hospitalar**. Distúrb Comun, São Paulo, 2019.
- BLASZKO, C. E.; PORTILHO, E. M. L. Formação e atuação profissional do psicopedagogo nos municípios da região sul do Brasil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 38, n. 115, p. 30-43, abr. 2021.
- BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.
- BRANDALEZI, E. Psicopedagogia hospitalar. *In*: KERNKRAUT, A. M.; SILVA, A. L. M.; GIBELLO, J. (Org.). **O psicólogo no hospital: da prática assistencial à gestão de serviço**. São Paulo: Blucher, 2017.
- BRÁS, A. W. L.; LOPES, G. K. F.; AGRELLO, M. P. Psicopedagogia Hospitalar: O vínculo mãe/bebê e o aleitamento. *In*: **Série Educar – Volume 39 – Educação nos Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos / Organização: Editora Poisson – Belo Horizonte: Poisson, 2020**. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50109>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- COSTA, K. da; FERNANDES, J. da S. G.; ANDRADE, M. Siqueira de; MONTEL, J. M.; BARTHOLOMEU, D. Psicopedagogia em foco: caracterização do status atual dos estudos no Brasil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 32, n. 98, p. 182- 188, 2015.
- FAVORETTO, Irlaine. A psicopedagogia na educação: estudos de revisão em base de dados. *In*: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 2023**, Curitiba. Esperançar. Online: PUCPR, 2023, p. 6187-6.196.
- FAVORETTO, I.; BÔAS, L. V.; ENS, R. T.; Classes hospitalares: um estudo das produções do Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 23, n. 79, p. 1688-1705, out./dez. 2023. DOI: [doi.org/10.7213/1981-416X.23.079](https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.079). AO20
- FAVORETTO, Irlaine; AZEVEDO, Cinthia da Rocha. Psicopedagogia e alfabetização em contexto hospitalar: um estudo de revisão. **Revista Observatório de la Economia latino americana**, Curitiba, v.22, n.2, p. 01-23. 2024.
- MAFFEI, Letícia de Queiroz. A psicopedagogia no contexto hospitalar: um panorama de pesquisas brasileiras da última década. **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 22, n. 00, p. e021006, 2021.
- MALUF, M. I. **Psicopedagogia hospitalar: por que e para quem? Reflexões compiladas da palestra do evento Psicopedagógico Sedes Sapientiae, realizado em agosto de 2007, e das**

entrevistas com os profissionais participantes. Palestrante: Maria Irene Maluf. Mediadores: Vera Rossetti Ferretti e Eloísa Quadros Fagali. Composição do texto: Ana Szpiczhowski, Fernanda Cury. *Constr. psicopedagog.*, São Paulo, v. 15, n. 12, p. 7-26, dez. 2007.

MARTINS, Eudislânia Paulino. **Contribuições da psicopedagogia para o atendimento pedagógico na classe hospitalar.** Artigo para conclusão do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia Institucional e Clínica da Faculdade Futura, 2019.

MORELATO, Eliane D Ribeiro, SANTOS, Valério Xavier dos. **Psicopedagogia hospitalar: um novo horizonte de incentivo a cuidar da saúde.** Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. *Psicopedagogia* - 8º Semestre, 2021.

OLIVEIRA, ROSIANE SUELLEN DE. **A pedagogia x psicopedagogia no ambiente hospitalar.** Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Psicopedagogia Institucional, Clínica e hospitalar, da FACULDADE TRÊS MARIAS, 2019.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho de. **A importância do psicopedagogo nas classes/escolas hospitalares.** V CEDUCE, 2022.

PEREIRA, M. A.; GONZALEZ, M. do C. B. O brincar, um aliado na intervenção psicopedagógica. **Cadernos de Educação.** São Paulo, v. 18, n. 36, p. 5-25, 2019.

PEREIRA, Wyliane de Lima. **Psicopedagogia hospitalar: um olhar humanizado a crianças hospitalizadas.** 27f - UFPB, João Pessoa, 2015.

PORTO, O. **Psicopedagogia Hospitalar** – intermediando a humanização na saúde. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2010.

SMERDEL, Karina Silva; MURGO, Camélia Santana. Um olhar psicopedagógico sobre o processo ensino-aprendizagem no contexto hospitalar. **Rev. Psicopedagogia** 2018.



# **CAPÍTULO 6- USO DE JOGOS COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EM FACE A ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

**Rosilene Félix da Silva Dantas**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sonia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, prevê que todo ser humano possui acesso à educação como instrumento de promoção da dignidade humana. Nessa perspectiva, na atualidade, o ensino brasileiro é marcado por inúmeros desafios, principalmente no que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência ou neurodivergências. Nessa lógica, este artigo tem como escopo principal demonstrar o impacto positivo do uso de jogos na educação para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ademais, são objetivos específicos: apresentar a definição de autismo; discutir o direito à educação inclusiva na esfera brasileira e, por fim, demonstrar o impacto do uso de jogos no cotidiano educacional desses cidadãos. Para garantir que essa pesquisa atinja seus objetivos, empregou-se o método dedutivo e a técnica de pesquisa de revisão de literatura bibliográfica. Assim, a principal contribuição dessa pesquisa foi promover um estudo reflexivo sobre a potencialidade dessa metodologia alternativa para o ensino dessas pessoas. Logo, essa pesquisa foi de grande relevância para o aperfeiçoamento dos conhecimentos.

**Palavras-chave:** Autismo. Uso de jogos. Metodologia inovadora.

**ABSTRACT:** The Universal Declaration of Human Rights, in its article 26, provides that every human being has access to education as an instrument for promoting human dignity. From this perspective, Brazilian education is currently marked by numerous challenges, especially with regard to the inclusion of people with disabilities or neurodivergences. In this logic, this article's main scope is to demonstrate the positive impact of using games in education for people with Autism Spectrum Disorder (ASD). Furthermore, the following are specific objectives: present the definition of autism; discuss the right to inclusive education in the Brazilian sphere and, finally, demonstrate the impact of using games in the educational daily lives of these citizens. To ensure that this research achieved its objectives, the deductive method and the bibliographic literature review research technique were used. Thus, the main contribution of this research was to promote a reflective study on the potential of this alternative methodology for teaching these people. Therefore, this research was of great relevance for improving knowledge.

**Keywords:** Autism. Use of games. Innovative methodology.

## **INTRODUÇÃO**

A Carta Magna brasileira (1988), promulgada após duas décadas de Ditadura Militar, defende que todo cidadão possui direito à educação. Esta, por sua vez, representa um potente instrumento de promoção da cidadania do indivíduo, principalmente aquele que possui alguma dificuldade de aprendizagem ou deficiência. Nessa perspectiva, o ensino para pessoas com autistas apresenta uma série de dificuldades no âmbito moderno, sobretudo na questão comunicativa e de interação com outras pessoas.

Dentro dessa lógica, este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo sobre o impacto do uso de jogos na educação para pessoas que possuem o TEA. Nesse contexto, o artigo utilizou -se de fontes bibliográficas diversas - como artigos, teses, monografias - que cooperam para o alcance do escopo dessa produção. Ademais, são objetivos específicos: apresentar a definição de autismo; discutir o direito à educação inclusiva na esfera brasileira e, por fim, demonstrar o impacto do uso de jogos no cotidiano educacional desses cidadãos.

Nessa lógica, essa produção possui uma relevância social e educacional, haja vista que busca compreender como o uso de jogos - um instrumento inovador - pode favorecer a inclusão educativa de pessoas que possuem uma neurodivergência. Assim sendo, a relevância dessa pesquisa está no fato dela proporcionar um estudo inovador sobre uma nova metodologia que, aplicada à sala de aula, pode promover uma aprendizagem mais significativa de pessoas com TEA.

Destarte, espera-se, através dessa pesquisa, propiciar uma reflexão sobre o quanto é importante o emprego de instrumentos alternativos em sala de aula, com o propósito de estabelecer a inclusão educacional, tornando a educação inclusiva mais dinâmica.

## **1. COMPREENSÕES SOBRE O TEA NA ESCOLA**

### **1.1 AUTISMO: DEFINIÇÃO E PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI**

O Transtorno do Espectro Autista - representado pela sigla TEA - é um distúrbio neurológico que prejudica o desenvolvimento de pensamentos, ações e controle das emoções. As pessoas que têm autismo possuem um comportamento repetitivo, dificuldade de interação e uma barreira comunicativa.

Nessa perspectiva, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é denominado pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2013), como um transtorno do neurodesenvolvimento, o qual prejudica funções indispensáveis para a plena socialização.

Nesse viés, de acordo com o Ministério da Saúde:

O TEA é um distúrbio caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento, que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como: ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses. (BRASIL, 2022).

Dentro dessa lógica, “[...] o TEA é definido como um distúrbio do

desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental” (SCHMIDT, 2013, p. 13) No que diz respeito à questão sociocomunicativa, percebe-se que os autistas enfrentam sérios desafios em conseguir interagir com outras pessoas, sobretudo na fase infantil. Isso pode impactar no ritmo da fala, no tom de voz e na entonação dada a cada palavra.

Tal fato acaba por dificultar sua interação com outras pessoas a depender do nível em que o autista se encontra. Nesse ínterim, isso pode ser um entrave para garantir a socialização com outras pessoas, sobretudo no que diz respeito à comunicação e ao estabelecimento de laços afetivos.

Cunha (2015, p. 23) destaca que se pode compreender que “o uso atual da nomenclatura Transtorno do Espectro Autista possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os de leve, moderado e severo”

Na imagem, a seguir, estão apresentados os principais desafios que as pessoas que possuem TEA enfrentam:

FOTO 01 – CARACTERÍSTICAS DO TEA



Fonte: Associação Autismo e Realidade

Nesse viés, “[...] é também comum se observar crianças autistas fascinadas por certos estímulos visuais, como luzes piscando e reflexos de espelho bem como tendo certas aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas [...]” (Silva; Mulick, 2009, p.120).

Os cidadãos que lidam com esse distúrbio enfrentam um forte preconceito na esfera social. Isso ocorre, por vezes, tanto no âmbito familiar quanto na seara educacional. Sabe-se que devido ao seu comportamento, os autistas acabam sendo discriminados no ambiente educativo. Isso acaba

por dificultar sua inclusão, bem como possibilitar o seu acesso ao conhecimento.

Sem dúvidas, um dos obstáculos para garantir a aprendizagem desses cidadãos é a carência de apoio pedagógico. Infelizmente, nem todos os centros de ensino dispõem de profissionais da educação especializados, os quais entendem a complexidade de lidar com pessoas que possuem TEA. Isso pode ser um grave entrave para garantir que esses cidadãos possam ser efetivamente incluídos.

Desse modo, é incontestável que o Poder Público precisar ofertar mais formações para esses profissionais, a fim de possibilitar que eles possam estabelecer o melhor plano educacional para os portadores desse transtorno.

## 1.2 DIREITO À EDUCAÇÃO NA ESFERA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI

A Educação constitui um importante mecanismo de transformação social. Nesse sentido, a educação proporciona o empoderamento do ser humano e capacita o ser humano para o efetivo exercício dos seus direitos, bem como cumprimento dos seus deveres.

Nessa lógica, de acordo com a Constituição Federal, no artigo 205, a educação busca desenvolver o cidadão para que ele possa ser um cidadão protagonista na esfera social. Menciona o referido artigo (1988, p. 65) que:

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No mesmo sentido, a Declaração Universal dos Direitos, em seu artigo 26, menciona que a educação é um direito de todo ser humano é necessário para garantir a dignidade humana. Dessa forma, preconiza esse dispositivo internacional (1948, p. 20): que:

Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnico-profissional será acessível a todos, bem como a educação superior, está baseada no mérito.

Isso porque a educação assume um papel de grande importância na vida do público discente, ao passo que proporciona a construção de pessoas com senso crítico, as quais reivindicam os seus direitos. Sob essa ótica, Coelho e Guimarães (2012, p. 6):

A educação é bem mais ampla, complexa, significativa e importante do que a

escola, pois envolve a ação de educadores e educandos, sujeitos em movimento de reconhecimento e afirmação de si mesmos, de sua racionalidade, autonomia e liberdade.

Nesse ínterim, as escolas são de grande importância para garantir um processo de ensino e aprendizagem efetivo, bem como que tenha respeito à diversidade existente no país. Dessa maneira, de acordo com Reis (2017, p. 6):

[..] a função social da escola (campo específico da educação) explicitava-se pela sua organização como instituição social limitada na sua ação educativa pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, considerando que, entre todos os deveres do Estado, a educação é o maior

Ou seja, a escola é um agente imprescindível na promoção do acesso à educação, posto que a mesma, além de ofertar o ensino, possibilita, também, a reflexão sobre os principais problemas que a sociedade enfrenta. Isso porque o setor educacional busca construir cidadãos ativos, nos quais possam reivindicar os seus direitos. A esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - (1996, p. 9):

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Cabe à escola, então, instruir ao corpo discente sobre a importância que a educação tem na sua trajetória, bem como na sua formação cidadã. Lima e Fernandes (2008, p.42) mencionam que:

A escola pública entendida como agência educativa em seu sentido mais radical, tomada a educação como apropriação da cultura, e entendida esta como o conjunto de conhecimentos, valores, crenças, arte, filosofia, ciência, tudo, enfim, que é produzido pelo homem em sua transcendência da natureza e que constitui como ser histórico. No contexto de uma sociedade democrática, a função da escola sintetiza-se na formação do cidadão em sua dupla dimensão: individual e social

Nos moldes atuais, a educação no Brasil vai muito além da mera transmissão de conhecimentos: ela busca formar cidadãos com aptidão para exercer a plena cidadania e consolidar a defesa pela democracia e pelas instituições sociais, a fim de zelar pelo bem comum. De acordo com Azevedo (2008, p. 4):

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação.

Desse modo, haja vista esse cenário, é preciso que o setor educativo promova, de forma efetiva, a plena

### 1.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PAUTA INDISPENSÁVEL PARA A PLENA CIDADANIA

A educação inclusiva é consagrada na legislação brasileira hodiernamente. Nesse contexto, ela é de suma importância para que crianças com limitações ou necessidades especiais sejam incluídas e tenham seu direito de acesso ao saber efetivado. Desse modo, no que toca ao autismo, é imprescindível que as instituições de ensino sejam espaços de fomento à inclusão, bem como à inserção social.

Assim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015, defende que as pessoas com alguma limitação ou deficiência devem ter acesso à educação inclusiva como forma de promover sua inserção social no âmbito educativo. O Ministério da Educação, através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esclarece que:

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p. 43-44).

Dessa forma, deve haver a formação de turmas mistas, com crianças com e sem deficiências, a fim de formar a pluralidade educativa, fomentando, destarte, a socialização e buscando estimular a inserção, a redução de estigmas e o acesso ao conhecimento. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação conceitua a Educação Especial como:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p.39).

Nesse viés, a Constituição Federal, no artigo 208, estabelece como obrigação do Estado em garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, priorizando a educação especial para os portadores de deficiência:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 - destaca que é dever do Poder Público oferecer uma educação especial com a adaptação de currículos, métodos, técnicas, recursos e organização. Essa conjuntura permite a educação inclusiva de discentes com deficiência ou outras necessidades especiais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi criada com o objetivo de reafirmar a construção de uma política pública de inserção social, por meio de adaptações no ensino e inserção do público com necessidades de atendimento especial.

O Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014, por sua vez, destaca que é preciso estabelecer uma política de inclusão das pessoas com alguma limitação ou deficiência, visando garantir que todos tenham acesso ao ensino de forma dinâmica.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, legislação que trouxe grandes avanços para a categoria em 2015, buscando estabelecer que, além das adaptações, é preciso priorizar essas pessoas com um atendimento especializado, visando desenvolver suas potencialidades.

#### 1.4 O USO DE JOGOS COMO INSTRUMENTO DE INCENTIVO À APRENDIZAGEM POR PARTE DE PESSOAS COM O AUTISMO

A utilização de novas estratégias no âmbito educativo é de grande relevância, pois dinamiza o ensino, bem como promove o interesse dos discentes, através de uma metodologia inovadora.

Sabe-se que a utilização de jogos na seara educacional promove o engajamento dos discentes, facilitando, assim, a sua aprendizagem, o que favorece um ensino mais dinâmico e atrelado à realidade dos discentes.

O uso de jogos para crianças com TEA possibilita a aprendizagem, a socialização e impulsiona o desenvolvimento do controle de impulsos.

O jogo é fundamental na construção deste molde, porque auxilia a obtenção do insight (a satisfação que a gente sente quando de repente aprende ou compreende o que estava confuso); fornece ambiente social tangível para a descoberta e experimentação; ensina as crianças que elas podem soltar suas defesas e continuar protegidas. (FERREIRA, 2001, p. 22)

Dessa forma, levar o lúdico para a realidade dos discentes é estimular o aprendizado, desmistificando a realidade dos centros de ensino do país. Isso promove a inclusão social e, dessa maneira, consegue-se reduzir barreiras significativas da aprendizagem, ao passo que leva o lúdico para sala de aula.

Ao levar o lúdico para as escolas está se promovendo algo diferenciado que ajuda

os alunos a resgatar o prazer, mudar sua visão de escola e dar um novo sentido ao processo de aprendizagem, pois trabalhar com as emoções, além de contribuir na concretização de propostas cognitivas que levam a construir conceitos e dominar habilidades, pode transformar as metodologias do ensino. Assim, os jogos, os brinquedos, as brincadeiras e as dinâmicas são ferramentas indispensáveis para a criação de um ambiente criativo, diferente, inovador e significativo. (SANTOS, 2010, p.12).

Na esfera moderna, o uso dessa modalidade lúdica é de grande relevância para as pessoas que tem esse transtorno, ao passo que se sentem motivadas para ir à escola, brincar, socializar-se e ainda sendo uma ferramenta imprescritível para transmitir o conhecimento. Marchesin, (2018, p.44) destaca que:

As crianças que apresentam necessidades educativas especiais devem ser primeiramente incluídas na sala de aula, tem os mesmos direitos que as demais crianças e devem participar dos jogos igualmente, com adaptações ou não, mas devem ser socializadas e incluídas nessas atividades.

Desse modo, o uso de jogos pode ser uma ferramenta imprescindível para que essa categoria possa usufruir desse direito à educação, bem como para que a transmissão de conhecimentos seja mais efetiva. Na tabela a seguir, demonstra-se os principais efeitos da utilização de jogos para pessoas com TEA:

**TABELA 01 – BENEFÍCIOS DO USO DE JOGOS PARA PESSOAS COM TEA**

<b>TIPO DE JOGO</b>	<b>BENEFÍCIO</b>	<b>USO EM SALA</b>
<b>Jogos de Tabuleiro</b>	Promovem habilidades sociais e cooperação.	Jogar "Uno" para praticar turnos e interação com colegas.
<b>Jogos de Montar (Lego)</b>	Desenvolvem habilidades motoras finas e criatividade.	Criar estruturas que representem conceitos aprendidos.
<b>Jogos Digitais Educativos</b>	Melhoram foco e aprendizagem em ambientes estruturados	Usar apps para reforçar matemática ou linguagem em atividades guiadas.
<b>Jogos Sensorial-Motores</b>	Ajudam a regular estímulos sensoriais e reduzem a ansiedade.	Brincadeiras com massas de modelar para estimular o tato.
<b>Jogos de Imitar ou Teatro</b>	Incentivam o desenvolvimento de habilidades de comunicação e empatia	Representar cenas do dia a dia em peças curtas ou atividades lúdicas.

**Jogos de Estratégia**

Fortalecem o raciocínio lógico e a tomada de decisão.

"Jogar Júnior" para estimular planejamento e paciência.

"Xadrez para

**FONTE: FÉLIX, 2024.**

Haja vista essas informações, depreende-se que o uso de jogos para pessoas com TEA é de grande importância para o sistema de ensino brasileiro, bem como para a classe docente, posto ser uma estratégia que possibilita a redução de discrepâncias para os alunos com neurodivergência.

## **2. METODOLOGIA**

Para que um trabalho científico consiga atingir os seus objetivos, é preciso que o pesquisador siga um caminho específico. A metodologia descreve o percurso que o pesquisador utilizou para garantir que seu trabalho consiga atingir os seus objetivos e, dessa forma, chegar a uma conclusão. Nesse viés, esse trabalho teve como escopo principal, através de uma revisão de literatura, realizar um estudo sobre a relevância da aplicação de jogos no ensino para pessoas com TEA no cotidiano educacional brasileiro.

Em primeiro plano, deve-se apontar a essência bibliográfica desta pesquisa. Dentro dessa lógica, o raciocínio bibliográfico caracteriza-se pela exploração de conhecimentos de fontes secundárias, as quais já realizaram uma abordagem acerca do tema. Nesse viés, este trabalho explorou fontes diversas - artigos, monografias, dissertações- acerca da questão do ensino de pessoas com autismo na esfera brasileira, enfatizando, sobretudo, a dificuldade que esse público enfrenta no acesso à educação.

Dessa forma, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica de revisão de pesquisa sobre o tema, realizando a retirada de informações dessas fontes. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica é aquela:

Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar

(Prodanov; Freitas, 2013, p. 54)

No que toca à natureza do método, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Isso porque a mesma avalia de forma centrada no aspecto da formação educacional dos autistas, levando em conta a subjetividade desses sujeitos e, por fim, analisando o uso de jogos na esfera pátria.

O método empregado foi o método dedutivo. Isso porque, através da racionalização dos conteúdos estudados, realizou-se uma pesquisa de forma a demonstrar como o emprego desses jogos impacta no cotidiano escolar.

Destarte, foi possível verificar que o uso dessas ferramentas possibilita que os discentes consigam promover a interação, bem como a socialização em sala de aula, sendo um instrumento potente de inclusão social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em vista dos fatos apresentados, a educação inclusiva é de grande importância para a sociedade brasileira. Dessa forma, através dela, é possível garantir que todos tenham acesso ao setor educacional, primordialmente aquelas pessoas que possuem alguma limitação.

Nesse sentido, os portadores de TEA devem ser incluídos no ambiente escolar, a fim de favorecer a aprendizagem, bem como garantir sua inserção social. Dessa maneira, pode-se efetivar a redução de estigmas e a preparação desses discentes para a vida social.

Por fim, pode-se compreender que o uso de jogos para pessoas com TEA representa um instrumento de promoção da inclusão no setor educativo. Isso possibilita que esses cidadãos possam interagir e, dessa forma, socializar-se, absorvendo os conteúdos e construindo um ambiente justo, inclusivo e equitativo de acesso ao ensino.

Dessa forma, o Poder Público deve incentivar o uso de jogos no sistema de ensino. Nessa perspectiva, compete ao MEC realizar, junto às Prefeituras Municipais, enviar mais verbas para os centros de ensino, a fim de possibilitar que eles possam adquirir mais jogos para a dinâmica do setor de ensino brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: 2001.

Acesso em 24 de novembro de 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em 24 de nov. de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos: promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação: sancionada em 1996**. 2 ed. Brasília: Saraiva, 2016

COÊLHO, Ildeu Moreira; GUIMARÃES, Ged . **Educação, Escola E formação**. InterAção, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 323-339, jul./dez. 2012.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

FERREIRA, Márcia. **Ação psicopedagógico na sala de aula: Uma questão de inclusão**. São Paulo: Paulus, 2001.

LIMA, Vanda Moreira Machado; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **Saberes de Professores críticos-reflexivos no curso de pedagogia**. Campo Grande - MS, n. 26, p. 215-232, jul./dez. 2008.

MARCHESI, Gláucia Ester Pereira. **Caminhos para a inclusão escolar de alunos de alunos surdos**, 1º ed., Curitiba, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Santa M. P. dos. **O brincar na escola: Metodologia Lúdico-vivencial, coletânea de jogos, brinquedos e dinâmicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Micheline. MULICK, James A. **Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas**. *Psicologia, ciência e profissão*, 2009, 29 (1), 116 – 131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>. Acesso em: 18 de jan. 2017, 20h25min.

SCHMIDT, Carlo. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. **A Contribuição da Sociologia da Educação para a**

**compreensão da educação escolar.** IN: Educação e Sociedade. Campinas, v.13, n. 79, 2017.

## **CAPÍTULO 7- O LÚDICO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS**

**Valdilene Dantas Bezerra Azevedo**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Katiane Cristina Barros dos Santos**

*Concluinte da pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar*

**Sonia Azevedo de Medeiros**

**Flavio Medeiros de Azevedo**

**RESUMO:** A formação do educador em uma sociedade contemporânea é marcada pelo novo e pelas diferentes formas de ensinar e aprender. Nesse contexto, a ludicidade se apresenta como algo inerente ao trabalho desse profissional, buscando tornar o ensino algo mais atrativo e significativo. Essa narrativa se dispõe a refletir sobre como a formação desse profissional pode estar relacionado com as práticas da ludicidade em sala de aula, bem como analisar a importância do brincar na prática educativa. No que diz respeito as práticas de cunho metodológico, essa pesquisa partirá do princípio da sondagem, fichamento e revisão bibliográfica de obras e autores que abordam a temática exposta. Assim, se verificou que tais processos devem estar em consonância para que se obtenha as habilidades e competências necessárias para uma formação inovadora. Concluindo-se que tais aspectos se apresentam como estratégias para uma formação profissional capaz de dialogar com as mais variadas formas do aprender. Tornando assim a atividade docente um processo de mediação necessária para a aprendizagem lúdica.

**Palavras-chave:** Educação; Ludicidade; Práticas Pedagógicas.

**ABSTRACT:** The education of the educator in a contemporary society is marked by the new and by the different ways of teaching and learning. In this context, playfulness is presented as something inherent to the work of this professional, seeking to make teaching something more attractive and meaningful. This narrative is intended to reflect on how the training of this professional can be related to the practices of playfulness in the classroom, as well as to analyze the importance of playing in educational practice. With regard to methodological practices, this research will start from the principle of probing, filing and bibliographic review of works and authors that address the exposed theme. Thus, it was found that such processes must be in line in order to obtain the skills and competencies necessary for an innovative training. It is concluded that such aspects are presented as strategies for a professional education capable of dialoguing with the most varied forms of learning. Thus making the teaching activity a process of mediation necessary for playful learning.

**Keywords:** Education; Playfulness; Pedagogical Practices.

### **INTRODUÇÃO**

A escola é marcada por mudanças e permanências que inferem nas formas de ensinar e aprender. Tais práticas acompanham as transformações sociais e as maneiras de pensar de cada sociedade. Na contemporaneidade se intensificaram esses processos devido ao aumento das

inovações de cunho tecnológico que adentram as instituições de ensino.

Os profissionais que trabalham nessas instituições de ensino devem possuir uma formação especializada que contemple todas as demandas exigidas para o desenvolvimento das exigências atuais para a formação do cidadão.

No entanto, é recorrente a problemática de muitos educadores estarem em sala de aula sem uma formação adequada, trabalhando em situações precárias e com remuneração baixíssima. As discussões em torno da formação desse profissional têm se aprofundado na atualidade e levado em consideração os conhecimentos adquiridos.

Por conseguinte, a educação brasileira tem permanecido acorrentada a um ensino muito tradicionalista, onde os educandos eram impedidos de desenvolver atividades como brincar, falar e apresentar suas formas de pensar. E muitos desses professores ainda possuem esse tipo de concepção, mesmo ciente da necessidade de inovação.

No processo de ensino e aprendizagem atual o lúdico tem sido bastante valorizado, pois possibilita uma prática mais condizente com a realidade e voltada para uma concepção de infância pautada na brincadeira e imaginação.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo norteador analisar como a formação profissional do educador se dá na atualidade, além de buscar relacionar essa prática ao conceito de ludicidade. Assim, as atividades desenvolvidas na escola podem se tornar compromissadas com a inovação e reflexão.

No que condiz com as práticas metodológicas aplicadas na pesquisa elas podem ser entendidas como uma revisão bibliográfica que englobam livros, artigos e dissertações que abordam o tema exposto. Priorizando autores para embasarem essa narrativa, tendo como diálogo a profissão docente e o lúdico.

Conseqüentemente essa temática será abordado pelo prisma teórico de pesquisadores tais como Freire (1996), Kishimoto (1998) e Silva (2011) que tem como ordem primeira a produção científica e a educação como eixos de análises.

## **1. O LÚDICO NA EDUCAÇÃO: O SABER BRINCAR**

O conceito de infância na modernidade é visto como um ser que ainda está em formação e que necessita ser cuidado e amado. Nesse contexto o brincar está intrínseco nessa fase do desenvolvimento humano, e o brinquedo e os jogos são priorizados como meios de entretenimento.

No entanto o ato de brincar não é inato a criança, mas um condicionamento feito inicialmente pela família e dado continuidade pela sociedade de modo geral. Assim, atividades lúdicas estão presentes na vida das crianças desde a mais tenra idade.

A criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata, pelo menos nas formas que ela adquire junto ao homem. A criança pequena é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidem dela, particularmente sua mãe. (BROUGÈRE, 2010, p. 104).

O lúdico é uma palavra de origem latina: “ludus”, que significa “jogo”. Poderia significar somente jogar, mas com a sua evolução tornou-se o que hoje podemos definir como uma forma de desenvolver a criatividade e o conhecimento através de jogos, brincadeiras, músicas (ALMEIDA, 2014, p. 1).

Dessa forma, o brincar é uma ação de cunho subjetivo na medida que se torna algo inerente a infância contemporânea. Porém no espaço escolar ela deve ser algo visto com objetivos claros a serem alcançadas.

No contexto escolar o lúdico tem se caracterizado como estratégias de cunho formativo, pois segundo Luckesi (2000):

[...] o que a ludicidade traz de novo é o fato de que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena. [...] Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além desta atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis. [...] Brincar, jogar, agir ludicamente exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente ao mesmo tempo. (LUCKESI, 2000, p. 21).

Na perspectiva desse autor nem toda atividade desenvolvida com base no novo e do diferente pode ser considerada lúdica, pois a essência da ludicidade está no fator de entrega dos sujeitos envolvidos na sua realização.

Complementando esse mesmo pensamento, Friedmann (2012) discorre que hoje, o resgate e a prática do brincar é uma das prioridades e objetivos das instituições de educação infantil e oferece a possibilidade de atingir esse objetivo e garantir espaços lúdicos na vida das crianças do século XXI.

Deste modo o brincar é fundamental na educação, pois as abordagens do passado não

correspondem mais à realidade e a inovação é necessária. Como tal, os jogos estão mudando a forma como os professores ensinam.

O brincar na escolar não é mais visto como algo a parte do processo de ensino e aprendizagem, mas como algo que deve ser norteado pelo professor e que aplicado de maneira correta desenvolve inúmeras percepções.

Na atividade lúdica, o que importa não é apenas o produto da atividade, o que dela resulta, mas a própria ação, o momento vivido. Possibilita a quem a vivencia, momentos de encontro consigo e com o outro, momentos de fantasia e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e olhar para o outro, momentos de vida (SILVA, 2011, p.20).

Assim o ato de brincar auxilia a criança a se socializar de maneira mais eficiente, além de promover atividades coletivas e estabelecer bases para um relacionamento socioafetivo com os demais agentes do processo de aprendizagem.

Toda criança pequena gosta de brincar de casinha, de médico, de soldado e Dewey atribui o prazer nessas brincadeiras à necessidade que a criança tem de imitar a vida dos pais e adultos. O valor educacional dessas brincadeiras torna-se óbvio, na medida em que eles ensinam às crianças a respeito do mundo em que vivem. (KISHIMOTO, 1998, p. 99)

Desta forma, as crianças imitam o mundo dos adultos, desenvolvem suas relações e conceitos de mundo, desenvolvem sua identidade e autonomia, e desenvolvem habilidades mentais e comportamentos cotidianos das crianças.

Complementando essa perspectiva de pensamento Oliveira (2010) discorre que a brincadeira, seja ela qual for, é algo de suma importância na infância. Pelos pais, ela deve ser vista não apenas como um momento de entretenimento e lazer de seus filhos, mas também como uma oportunidade de desenvolver nas crianças hábitos e atitudes que os façam amadurecer se tornando responsáveis.

As atividades lúdicas representam um campo de possibilidades na educação. Pois a criança, também tem a capacidade de promover sua evolução e personalidade como o aperfeiçoamento de cada uma de suas funções mentais.

Por conseguinte, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil/RCNEI (1998) aponta que:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (BRASIL, 1998, p. 21).

Sendo assim, o ato de brincar colabora intimamente na ampliação cognitiva dos alunos e tem no seu imaginário. Pois ela exige uma completa participação e movimentação mental, física e socioemocional, induzindo o sujeito a projetar nas brincadeiras as situações e vivências reais.

Para Carvalho (1992) desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção

as atividades vivenciadas naquele instante.

Consequentemente participar e incentivar o brincar na vida de uma criança é extremamente valioso, pois proporciona à pessoa uma liberdade única de se expressar. Os jogos estabelecem e trabalham noções de regras, pensamento coletivo e raciocínio lógico.

Tentando diferenciar o jogo, o brinquedo e a brincadeira Kishimoto (1998) aponta o seguinte:

O vocábulo “brinquedo” não pode ser reduzido à pluralidade de sentido do jogo, pois, conota criança que tem uma dimensão material, cultural e técnica. Enquanto objeto, é sempre suporte de brincadeira. É o estimulante material para fazer fluir o imaginário infantil. É a brincadeira? É a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode se dizer que é lúdico em ação. Dessa forma, brinquedo e brincadeira relacionam-se diretamente com a criança e não se confundem com o jogo. (Kishimoto, 1998, p.11).

Portanto, segundo esse autor o jogo pode ser entendido como algo relacionado a uma ideia de regra, onde o raciocínio lógico é predominante. Já o brinquedo seria algo próximo ao manipulável. Ou seja, algo mutável e que pode ser utilizado em diferentes contextos e situações. E por fim, a brincadeira seria a junção de ambos. Onde o brinquedo e o jogo se unem para dar início a uma atividade imaginativa.

Dentre os inúmeros benefícios que essas atividades desenvolvem na criança está a espontaneidade em organizar suas práticas na hora do brincar. A socialização é uma habilidade extremamente desenvolvida, facilitando a comunicação e a partilha.

A afinidade da brincadeira infantil com a natureza da própria criança tem reconhecimento histórico, por isso, vem sendo tema de inúmeras pesquisas e estudos ao longo dos anos. É interessante destacar que em todas as concepções teóricas sobre o desenvolvimento e educação da criança pequena e na literatura em geral, a brincadeira aparece como um importante recurso na construção de conhecimentos e desenvolvimento integral. A brincadeira é a atividade que faz parte do cotidiano de qualquer criança, independentemente do local onde vive, dos recursos disponíveis, do grupo social e da cultura da qual faça parte, todas as crianças brincam (Pedrozo et.al., 2011, p.01).

Dessa maneira, tem se tornado de conhecimento geral que o conceito de infância atual

está ligado ao ato de brincar. Por conseguinte, a educação infantil faz uso dessas estratégias e potencialidades para torna-lo em um ato mais intenso e necessário.

Nesse contexto, o papel do professor mediador é de fundamental importância e necessidade, pois ele o agente educativo que insere e direciona essas práticas para que se possa atingir os objetos do seu plano de aula.

## 1.2 A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA FORMAÇÃO DO DOCENTE

Para se ter uma formação docente significativa é necessário que essa ação possibilite a esse futuro profissional as bases para desenvolver suas estratégias de ensino. É no cotidiano escolar através da junção de teoria e prática que os conteúdos estudados e as atividades lúdicas devem ser postas em prática.

Segundo Paiva e Taffarel (2001) a universidade é um lugar privilegiado da produção, do exercício da reflexão, não se esquecendo do seu papel junto à sociedade. A construção dos conhecimentos na formação dos profissionais de ensino perpassa pela valorização do crescimento do aluno, bem como a importância das experiências adquiridas antes, e a todo o momento do seu desenvolvimento acadêmico.

Desse modo a universidade é o local onde a formação docente é inicializada e durante todo o seu percurso o professor vai desenvolvendo suas subjetividades e identidade.

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; (Brasil, 1996).

Assim, a universidade contribui diretamente na reflexão e abrangência intelectual desses futuros docentes, buscando situa-lo sobre a realidade vivenciada nas instituições escolares. Além de objetivaram fornecer subsídios para o desenvolvimento de uma concepção de educação voltada para inovação e para o lúdico.

[...] a inserção da ludicidade no contexto da superior é sem dúvida uma meta basilar de uma proposta inovadora, mas, ao mesmo tempo, uma tarefa complexa. Os desafios não são poucos, pois parte dos professores demonstram ainda não reconhecerem a ludicidade como agente potencializador do processo de ensino e de aprendizagem. (CARDOSO, 2013, p.03).

Na formação de profissionais da educação exclusivamente infantil deveriam estar presentes disciplinas de caráter lúdico, pois a formação do educador resulta em sua prática em sala de aula.

Essas disciplinas ajudarão na formação e preparação dos educadores para trabalharem com crianças, assim: “o lúdico servirá de suporte na formação do educador, como objetivo de contribuir na sua reflexão-ação-reflexão, buscando dialetizar teoria e prática, portanto reconstruindo a práxis.” (Santos, 2007, p.41).

Por um longo período de tempo na educação brasileira predominou uma concepção tradicionalista, onde os alunos não eram permitidos a brincar, falar ou expressar suas opiniões. O professor era visto como autoridade e único detentor do conhecimento.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. (Freire, 1996, p. 33).

De acordo com as discussões que permeiam a área educacional na atualidade, essa perspectiva de ensino tem se tornado insuficiente para atender as demandas contemporâneas. Necessitando assim de novos meios e estratégias que induzam a uma nova forma de aprender e ensinar.

O educador necessita ser um mediador e facilitar da ação pedagógica, devendo ser seu objetivo primeiro a aprendizagem da criança/adolescente presente no ambiente de ensino.

O professor tem que partir da realidade dos alunos, ver suas necessidades, buscar alternativas de interação. Ocorre que, na fase de mudança, está tomada de consciência é importante, até que venha a se incorporar com um novo hábito. (Vasconcellos, 1995, p.74).

Segundo esse autor, o professor deve tomar como embasamento para elaboração e planejamento das suas aulas a realidade a qual está inserido. Além de buscar compreender as vivências dos seus educandos. Pois o conhecimento adquirido nas demais instituições que transferem valores e conhecimentos devem ser levadas em conta.

O jogo e a brincadeira estão presentes na escola nas mais variadas situações e sob as mais diversas formas. Também são diversas as concepções sobre o lugar e a importância dessas atividades na prática pedagógica [...] que pode ser traduzida em métodos educacionais que valorizam e buscam evitar distinção rígida entre jogo e tarefas sérias. Nesse

caso, os jogos e brincadeiras das crianças podem e devem ser introduzidas como recursos didáticos importantes, pois, brincando a criança aprende. (Volpato, 2002, p. 96).

Portanto, se o brinquedo e a brincadeira fazem parte dessa realidade, por conseguinte eles devem ser introduzidos em sala como estratégias condizentes aos objetivos e as

competências a serem alcançados nas modalidades de ensino.

A intervenção pedagógica feita pelo professor no seu cotidiano escolar pode estar presente na observação feita no brincar diário deles. Buscando oferecer um material adequado para esse desenvolvimento, um espaço seguro e estruturado para essas atividades.

Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. Viver a abertura respeitosa aos outros e, de vez em quando, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica, a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. (Freire, 1996, p. 136)

O processo de dialogar com as inovações é necessária para que as estratégias estejam condizentes, dessa forma a reflexão das práticas pedagógicas não devem estar desarticuladas com a ação. O propor mudanças só consegue se efetivar quando se propõe a desenvolver um papel de educador compromissado com a pesquisa.

No entanto Alarcão (2004) pontua que a prática reflexiva não deve ser casual, mais algo permanente e propicio pela instituição escolar como um todo.

O professor não pode agir isoladamente na sua escola. É neste local, o seu local de trabalho, que ele, com os outros, seus colegas, constrói a profissionalidade docente. Mas se a vida dos professores tem o seu contexto próprio, a escola, esta tem de ser organizada de modo a criar condições de reflexividade individuais e coletivas. A escola tem de se pensar a si própria, na sua missão e no modo como se organiza para a cumprir. Tem, também ela, de ser reflexiva. (Alarcão, 2004, p. 44).

Esse ato de planejar e refletir sobre suas práticas devem resultar em ações que tragam resultados positivos para toda comunidade escolar. Nesse sentido, toda a equipe pedagógica necessita se unir para que essas atividades lúdicas e inovadores se efetivem de forma boa e eficaz.

Em consonância com esse viés de reflexão, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) dizem que:

Cabe ao educador, por meio da intervenção pedagógica, promover a realização de aprendizagem com o maior grau de significado possível, uma vez que esta nunca é absoluta- sempre é possível estabelecer relação entre o que se aprende e a realidade, conhecer as possibilidades de observação, reflexão e informação. (Brasil, 1998, p. 53)

Portanto, é papel do professor se manter atualizado após a sua formação inicial e buscar

novos meios de ensino que utilizem recursos pedagógicos que os alunos do contexto que está inserido possam aprender.

Sobre a necessidade da observação e planejamento dessas atividades Schultz, Muller e Domingues (2006) afirmam que:

Uma proposta lúdico-educativa torna-se um desafio à prática do professor, pois além de selecionar, preparar, planejar e aplicar os jogos, ele precisa participar no decorrer do jogo, se necessário jogar, brincar com as crianças, mas sempre observando, no desenrolar, as interações e trocas de saberes entre eles. (Schultz, Muller e Domingues, 2006, p.5).

De acordo com esses autores, essas relações entre professor/aluno e troca de saberes devem persistir além da aplicação inicial de atividades lúdicas. Os docentes devem continuar observando o desenrolar dessas atividades e analisar como se dá as experiências refletidas pelos educandos.

Uma formação com embasamento lúdico pode possibilitar ao futuro professor não apenas novas metodologias, mas também conhecer-se como pessoa e sujeito criador do conhecimento a ser transferido. Pode proporcionar também a quebra de velhos paradigmas e resistências em busca de uma visão onde jogo e brincadeira são apenas entretenimento.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista como apenas diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (Santos; Cruz, 1997, p.12).

As atividades lúdicas também podem ser trabalhadas em outros níveis da educação básica e não apenas na educação final como rotineiramente é rotulada. Para isso é preciso buscar adaptar esses conceitos a faixa etária dos educandos, pois cada uma delas detêm objetivos e habilidades a serem alcançadas.

A Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil/ BNCC-EI (2018) traz, em seu ensejo, direitos de aprendizagens e desenvolvimentos à criança e uma estrutura curricular que objetiva guiar práticas pedagógicas que atendam mais especificamente a criança como sujeito de direitos. Apresenta seis direitos básicos de aprendizagens para todas as crianças: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Ainda sobre isso o referido documento salienta que:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é

possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (Brasil, 2018, p.37).

Tais práticas levam ao professor ressignificar suas práticas e aprofundar suas reflexões sobre as a exploração do brincar em sala de aula. Pois é na brincadeira que a criança desenvolve inúmeras habilidades necessárias como a afetividades, socialização e melhora a sua convivência com os demais colegas.

Existem inúmeras atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula como meios de exercer a ludicidade, pois várias abordagens podem ser utilizadas e alcançarem os objetivos a serem alcançados para um desenvolvimento integral do ser humano.

Sobre o planejamento e práticas dos professores e alunos em sala de aula tendo como eixo norteador o lúdico, Almeida (2014) aponta o seguinte:

O lúdico é tão importante para o desenvolvimento da criança, que merece atenção por parte de todos os educadores. Cada criança é um ser único, com anseios, experiências e dificuldades diferentes. Portanto nem sempre um método de ensino atinge a todos com a mesma eficácia. Para pode garantir o sucesso do processo ensino-aprendizagem o professor devem utilizar-se dos mais variados mecanismos de ensino, entre eles as atividades lúdicas. Tais atividades devem estimular o interesse, a criatividade, a interação, a capacidade de observar, experimentar, inventar e relacionar conteúdos e conceitos. O professor deve-se limitar apenas a sugerir, estimular e explicar, sem impor, a sua forma de agir, para que a criança aprenda descobrindo e compreendendo e não por simples imitação. O espaço para a realização das atividades, deve ser um ambiente agradável, e que as crianças possam se sentirem descontraídas e confiantes (p. 3).

Por conseguinte, todo o ambiente escolar, desde a sala de aula até os seus agentes ativos no processo, deve está em dialogo para contribuir na aplicabilidade de tais atividades. Pois quando desenvolvias de forma correta, o professor consegue despertar o interesse e a curiosidade dos discentes.

Pois o brincar não deve apenas ser visto como vazio, mas cada sujeito possui suas próprias subjetividades e experiências que podem ser espelhadas nas suas práticas e o professor enquanto mediador da aprendizagem pode trabalhar a partir dessas informações coletadas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) aponta que:

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos, etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados. (Brasil, 1998, p.48)

Dessa forma, as manifestações artísticas e as suas linguagens podem ser utilizadas como ferramentas para se introduzir e desenvolver a ludicidade em sala de aula. As músicas, a dança e os mais variados sons quando disponibilizados para os educandos criam um ambiente mais agradável e propício para o surgimento da imaginação e criatividade.

Assim essas atividades mencionadas colaboram diretamente no aspecto cognitivo, afetivo e social dos educandos, pois são ferramentas geradoras de conhecimento que podem e devem ser inseridas na escola.

O ato do brincar traz muitos benefícios para quem participa dessa atividade, pois, contribui para o desenvolvimento físico, social, intelectual, respeito ao outro, a criança supera os desafios através da brincadeira ou jogo, além disso, os educandos aprendem a serem cooperativos, aprendem regras, a lidar com seus limites, enfim, não é somente uma atividade que proporciona alegria, prazer, divertimento, direta ou indiretamente está trabalhando na formação do sujeito, para que ele aprenda a conviver com os outros, a respeitar, a aceitar as pessoas que são diferentes, independente que tenham ou não alguma deficiência (SOARES 2010, p. 12).

Dessa maneira, o ato de brincar se faz necessário para a efetivação da aprendizagem especialmente na educação infantil, pois ela faz parte dessa concepção de infância contemporânea. E quando utilizadas no contexto educacional, podem trazer inúmeras melhorias para os alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista os fatos mencionados, verificou-se que a concepção contemporânea de infância está intimamente ligada ao brincar. Dessa maneira, as crianças são condicionadas a essas atividades desde a mais tenra idade.

A escola enquanto instituição social que reflete a realidade que está inserida em suas práticas metodológicas, passou a utilizar o brincar não mais como mera recreação ou entretenimento, mas como recurso didático pedagógico para alcançar objetivos condizentes com a formação integral dos educandos.

Por conseguinte, a ludicidade inserida em sala de aula através de atividades que priorizem o novo, o brincar e a subjetivação do ser contribuem para o melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Na medida em que proporciona o desenvolvimento de aptidões físicas, mentais e sociais de extrema relevância para o desenvolvimento infantil. Portanto, essas atividades necessitam ser aplicadas com objetivos claros e coerentes para que possam se tornar significativos.

O professor enquanto mediador do conhecimento e profissional capacitado para exercer a docência, possui em sua formação inicial o contato com as mais variadas formas de ensinar. Onde a formação para o lúdico tem estado entre as principais temáticas trabalhadas na academia.

Dessa maneira, o docente deve presar por buscar uma prática educativa pautada na reflexão e pesquisa das suas ações desenvolvidas no cotidiano escolar. Onde o brincar é recorrente, especialmente no contexto da educação infantil.

Portanto, os jogos e brincadeiras podem e devem ser utilizadas na sala de aula como ferramentas e estratégias de ensino que busquem desenvolver aspectos da formação integral do indivíduo, transformando a prática educativa em algo significativo e condizente com a realidade vivenciada.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALMEIDA, Aline Marques da Silva. **A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança** 13/10/2014. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-l%C3%ADico-para-o-desenvolvimento-da-crian%C3%A7a.aspx> Acesso em: 29 de março de 2022.

BRASIL. Educação, Ministério e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental; **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARDOSO, M.C. **Ludicidade na universidade: um olhar reflexivo para as vivências lúdicas na formação de educadores**. Anais do VII Encontro de Educação e Ludicidade (VII ENELUD) - Cultura Lúdica e Formação de Educadores. D'ÁVILA, Cristina, CARDOSO, Marilete, XAVIER, Antonete (org.) Universidade Federal da Bahia. FAGED/UFBA. Salvador, 27 fevereiro a 01 de março de 2013. ISBN 978-8560667-28-4.

CARVALHO, A.M.C. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMANN, A. **O brincar na Educação Infantil**. São Paulo: Moderna, 2012.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. (org) **Educação e Ludicidade**. Salvador UFBA/FACED, 2000.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Marli Pires dos Santos (org.). **O Lúdico na Formação do Educador**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHULTZ, S.; MULLER, Cristiane; DOMINGUES, A. **A ludicidade e as suas contribuições na escola**. Jornada e Educação. Centro Universitário Franciscano. Disponível em: < <http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/pedagogia/A%20LUDICIDADE%20E%20SUAS%20CONTRIBUI%20C3,v.87,p.3,2006>

SILVA, Fernanda Costa Fagundes. GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: CUIDAR OU ENSINAR? UM NOVO OLHAR**. 2011. Disponível

em: [http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM\[1\].pdf](http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM[1].pdf). Acesso em: 29 de março de 2022.

SOARES, Edna Machado. **A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional**. 2010, p.18. Disponível em < <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/EMS.2.2010.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2022.

VOLPATO, G. **Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 29 de março de 2022.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995



## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **SONIA AZEVEDO DE MEDEIROS**

**Doutora em Educação pela UFRN. Doutora em Ciências da educação pela World University Ecumenical.**

### **ANDRÉA SANTOS LÚCIO**

**Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Católica Dom Bosco.**

### **MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO**

**Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos – UNIFIP, sendo mestre em Ciências da Educação.**

### **FLAVIO MEDEIROS DE AZEVEDO**

**Psicólogo, Professor de graduação e pós graduação. Especialista em saúde pública e mestrado em educação**

### **ANA BEATRIZ DE SOUSA ARAÚJO CRUZ**

**Graduada em Psicopedagogia pela Universidade Federal Da Paraíba , pós-graduada em docência no ensino superior e pós graduanda em neuropsicopedagogia e educação infantil**

### **PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS**

**Possui Mestrado em Letras pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2019; graduação em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK) em (2018) e graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).**

### **PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ**

**Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba concluído em (1981) e Graduado em Teologia pelo Cenpacre (2007), efetuou o doutorado (1991 - 1995) recebendo o título de Doutor Engenheiro Agrônomo pela Universidad de Córdoba - España em (1995)**

**ALINE CARLA DE MEDEIROS**

**Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, concluído em 2008; Especialista em Educação Ambiental pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), concluído no ano de 2011; Mestre em Sistemas Agroindustriais, pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG/Pombal-PB, concluído em 2014 e Doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, concluído em 2020.**

**FLÁVIO FRANKLIN FERREIRA DE ALMEIDA**

**Possui Mestrado em Economia da Empresa (aprovado com distinção) pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2004). Graduado em Ciências Econômicas - (2001).**